

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

A N P U H

XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA



CURITIBA, 21 A 26 DE JULHO DE 1985

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

ANPUH

XIII SIMPÓSIO NACIONAL
Curitiba - PR
21 a 26 de julho de 1985

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

ANPUH

XIII SIMPÓSIO NACIONAL
DE HISTÓRIA

SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA

Blenco

Organização: Profa. Dra. Raquel Glezer

- julho de 1985 -
Curitiba - PR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

ANPUH

XIII SIMPÓSIO NACIONAL

Curitiba - PR

21 a 26 jul. 1985

SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA

Diretoria Biênio 1983/1985

Presidente - D^{ca} Ribeiro Fenelon

Vice-Presidente - Ruy C. Wachowicz

Secretária Geral - Raquel Glezer

1º Secretário - Joana Neves

2º Secretário - Philomena Gebran

1º Tesoureiro - Holien Gonçalves Bezerra

2º Tesoureiro - Adalgisa M. Vieira Rosário

Conselho Consultivo

José Ribeiro Júnior

Caio César Boschi

Cid Teixeira

Ruth B. Moraes

Francisco C. Falcón

Sandra J. Pesavento

Janaína Amado

Virgínia Lima

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA

Comissão Editorial

Edgar Salvadori de Decca
José Jobson de Andrade Arruda
Marcos Antonio da Silva

Conselho Editorial

Alice P. Cannabrava - FEA/USP
Carlos Roberto A. dos Santos - UFPR
Maria Thereza Schorer Petrone - FFLCH/USP
Michael Hall - IFCH/UNICAMP
Anna Maria Martinez Correa - ILHP/UNESP (Assis)
Afonso Carlos Marques dos Santos - UFF e PUC/RJ
Sílvia Petersen - UFRS
Janaína Amado - UFGO
Rosa Maria Godoy Silveira - UFPB

Financiadoras do XIII Simpósio

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico
FINEP - Financiadora de Estudos e Pesquisas
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São
Paulo

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL
Núcleo Regional do Paraná - Curitiba

Ruy Christovam Wachowicz
Judite Maria Barboza Trindade
Mariza Budant Schaaf
Elton Luiz Barz
Ana Maria de Oliveira Burmester
Alcina Maria de Lara Cardoso
Elvira Mari Kubo
Jayme Antonio Cardoso
Jair Mequelusse
Maria Ignês Mancini De Boni
Regina Rotenberg Gouvêa
Estudantes de História

AGRADECIMENTOS

Banestado - Banco do Estado do Paraná S/A
Prefeitura Municipal de Curitiba
VARIG - Cruzeiro
Reitoria da Universidade Federal do Paraná - UFPR
Direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Direção do Setor de Educação
Chefia do Departamento de História
Imprensa Oficial do Paraná
Serviços gráficos do SCHLA da UFPR
Serviços gráficos do SE da UFPR
Serviços gráficos de Regastem Rocha
Editoração de: Maria Beatriz de Freitas Costa
 Silvana Karpinski
Arte final de Paulo Lima
Secretaria de Cultura e Esportes
Colégio Estadual do Paraná
Emílio Romani S/A
Empresa de Água Ouro Fino Ltda.
Matte Leão

SUMÁRIO

Programação.....	11
Regulamento do XIII Simpósio Nacional.....	17
Regulamento das mesas-redondas.....	23
Instruções eleitorais.....	25
Cursos.....	27
A Pólis, ou a política como história: a exclusão do trabalho e do estado (diálogos com Hannah Arendt).....	29
História Geral: Trabalho e sociedade na transição do feudalismo ao capitalismo.....	31
A reação anti-republicana.....	33
Sociedade e trabalho na história do ensino de 1º e 2º graus.....	35
Movimento operário na América Latina.....	39
História Regional: Sociedade e trabalho no Paraná..	43
O PCB - da fundação até 1930.....	49
Cinema, cidade e crise.....	51
Sessões de estudo.....	53
Sociedade e Trabalho.....	55
Pesquisas em Andamento.....	77
Metodologia e técnica de ensino e pesquisa histórica....	105
Historiografia e Fontes.....	113
Comunicações Coordenadas.....	123
Encontros e Debates.....	147

PROGRAMAÇÃO

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADES
20/7	14/18:00h	Instalação da Secretaria do Simpósio Diretoria da Associação e Comissão Coordenadora Local
21/7	10/18:00h	Inscrições para o XIII Simpósio Inscrições para os cursos Informações gerais e alojamentos
	20:00h	Sessão Solene de Abertura do XIII Simpósio
22/7	7:00h	Inscrições em geral
	8/9:30h	Cursos: A. "A Pólis, a política como. Histó- ria: a exclusão do trabalho e do Estado (diálogos com Hannah Arendt)" Prof. Dr. Francisco Murari Pires FFLCH/USP B. "Trabalho e sociedade na transi- ção do feudalismo ao capitalismo" Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva - UFF C. "A reação anti-republicana" Profa. Dra. Maria de Lourdes Mo- naco Janotti - FFLCH/USP D. "Sociedade e trabalho na História no ensino de 1º e 2º graus" Profa. Joana Neves - UFPB/Profa. Dra. Elza Nadai - USP/Profa. Ernes- ta Zamboni - UNICAMP

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADES
22/7	9:30/11:30h	Mesa-redonda "Constituinte e História" Participantes: Prof. Dr. Francisco Iglésias - UFMG Paraná Prof. Dr. Ulysses T. G. Neto - USP Prof. Marco Aurelio Garcia - UNICAMP
	14/17:00h	Sessões de estudo: Sociedade e Trabalho Pesquisa em Andamento Metodologia e Técnica Comunicações Coordenadas: Pesquisa em Andamento Metodologia e técnica
	17:30/19:00h	Cursos: E. "O movimento operário na América Latina" Prof. Dr. Michael Hall - UNICAMP/ Prof. Marco Aurelio Garcia - UNICAMP F. "Sociedade e trabalho no Paraná" Profa. Dra. Ana Maria de O. Burmester - UFPR/Prof. Sergio Odilon Nadalin - UFPR/Prof. Luis Carlos Ribeiro - UFPR G. "O PCB (da fundação até 1930)" Prof. Michel Zaidan Filho - UFPA H. "Cinema, cidade e crise" Prof. Marcos Silveira - UEMARINGÁ/ Prof. Dr. Ismail Xavier - ECA-USP/ Prof. Antonio Simões Neto - UEMARINGÁ/MIS-PR
	18:00	Debate: Profissionalização do historiador ANPUH/Comissão de Estudos

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADES
22/7	18:00h	Encontro: Historiografia paraibana: o IV Cen- tenário - Núcleo da PB-ANPUH
	20:00h	Atividade Cultural: Projeção: "A Guerra dos Pelados" de Silvio Back - Cine Ritz
23/7	8/9:30h	Cursos: A-B-C-D
	9:30/11:30h	Mesa-redonda "Região e História: ques- tões de método" Participantes: Prof. Dra. Rosa M. G. Silveira - UFPB Prof. Dr. Ruy C. Wachowicz - UFPR Prof. Dra. Ana Maria M. Correa - UNESP Prof. Sandra J. Pcsavento - UFRGS
14/17:00h		Sessões de estudo: Sociedade e Trabalho Pesquisa em Andamento Historiografia Comunicações Coordenadas: Sociedade e Trabalho Pesquisa em Andamento Metodologia e técnica
	17:30/19:00h	Cursos: E-F-G-H
18:00h		Debate: História, ciência e tecnologia e ANPHIS - ANPUH
		Debate: Questões para a História da Energia Elétrica e da Industrialização no Bra- sil Coord. Prof. Dr. Ricardo A. Maranhão Dep. de Patrimônio Histórico da ELE- TROPOLAUO

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADES
23/7	20:00h	Atividade Cultural: Exibição folclórica - Reitoria/UFPR
24/7	20:00h	Dia livre para visitas turísticas Assembléia Geral Ordinária Ordem do dia: 1. Escolha do local do XIV Simpósio 2. Escolha do tema do XIV Simpósio 3. Eleição da Diretoria 1985/1987 4. Outros assuntos
25/7	8/9:30h 9:30/11:30h	Cursos: A-B-C-D Mesa-redonda "Sociedade e trabalho na História" Participantes: Profa. Dra. Maria S. M. Bresciani - UNICAMP Profa. Dra. Ana M. de O. Burmester - UFPR Prof. Dr. Antonio J. Siqueira - UFPE Profa. Dra. Ismenia de L. Martins - UFF
	14/17:00h	Sessões de estudo: Sociedade e Trabalho Pesquisa em Andamento Comunicações Coordenadas: Pesquisa em Andamento Metodologia e Técnica Historiografia
	17:30/19:00h	Cursos: E-F-G-H
	18:00h	Debate: Universidade e conjuntura política Encontro da ABEP Associação paranaense de História e a Revista <u>História: Questões e Deba-</u>

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADES
25/7	20:00h	<p>tes - APAH</p> <p>Atividade Cultural: Mostras de curtas-metragens "A Revolução de 30" - Cinemateca "Guido Viaro"</p>
26/7	8/9:30h 9:30/11:30h	<p>Cursos: A-B-C-D</p> <p>Mesa-redonda "História e linguagem: o tema do trabalho"</p> <p>Participantes: Prof. Marcos A. Silva - USP Prof. André L. C. Vieira - UFF Prof. Antonio Simões Neto - UEMARINGÁ Prof. Marcos Silveira - UEMARINGÁ</p>
	14/17:00h	<p>Sessões de estudo: Sociedade e Trabalho Pesquisa em Andamento Historiografia Comunicações Coordenadas: Sociedade e Trabalho Pesquisa em Andamento Metodologia e Técnica</p>
	17:30/19:00h	Cursos: E-F-G
	18:00h	<p>Encontro "Preservação de acervos documentais no Brasil" - Comissão Pró-Org. A. P. Arquivos Privados Encontro Associação dos Profissionais de História do Rio Grande do Sul - APHRGS</p>
	20:00h	Sessão de Encerramento do XIII <u>Sim</u> pósio

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA
ANPUH

XIII SIMPÓSIO NACIONAL - CURITIBA - PR

REGULAMENTO DO XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

TÍTULO I
Das Inscrições

Artigo 1º - Poderão inscrever-se no XIIIº Simpósio da ANPUH além dos sócios, os professores e estudantes universitários de História, os professores das matérias afins do mesmo nível e os professores de História do ensino de 1º e 2º graus.

§ Único - A inscrição ao XIIIº Simpósio será feita pela Secretaria Geral até 30 de junho, e depois disto, pela Comissão Executiva local, a partir da abertura da Secretaria do Simpósio, no dia 21 de julho.

Artigo 2º - A inscrição será feita mediante o pagamento da taxa de participação, de Cr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros).

§ primeiro - Para os não-sócios a taxa será de Cr\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros).

§ segundo - Para os estudantes a taxa de participação será de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros).

Artigo 3º - A Diretoria da ANPUH conferirá aos participantes regularmente inscritos no XIIIº Simpósio, o certificado de comparecimento.

TÍTULO II
Das Comunicações

Artigo 4º - A apresentação de comunicações ao XIIIº Sim
pósio é reservada aos participantes devidamente
inscritos.

Artigo 5º - As comunicações, sob a forma de resumos, se
rão recebidas pela Secretaria Geral.

§ primeiro - Os resumos das comunicações deverão
ser encaminhados à Secretaria Geral da ANPUH
até 30 de abril de 1985, no formulário adequado,
para constarem do Elenco a ser distribuído
a cada participante.

§ segundo - O texto completo das comunicações
- 25 páginas no máximo - fora as ilustrações,
datilografadas em espaço duplo, deverá ser enca
minhado em duas vias, à Diretoria da entidade,
para possível publicação posterior.

§ terceiro - As comunicações serão objeto de
exposição oral pelos autores em Sessões de Es
tudos.

§ quarto - A Diretoria da ANPUH reserva-se o
direito de condicionar o rigoroso cumprimento
do estatuído nos §§ primeiro e segundo para publ
icação e, bem assim, se necessário, de seleci
onar os trabalhos para possível divulgação
em qualquer das publicações da Associação.

Artigo 6º - As comunicações inscritas na Secretaria Ge
ral, cujos autores não estiverem presentes ao
XIIIº Simpósio, não serão programadas para de
bates nas Sessões de Estudos, nem impressas pela
ANPUH, permanecendo à disposição dos autores.

muladas, com o direito de encaminhar à Secretaria do XIIIº Simpósio justificativa por escrito, para o caso de publicação.

§ quarto - Após a resposta do autor da comunicação, cada interpelante poderá usar da palavra por 3 (três) minutos. Finalmente, o autor das comunicações disporá de 10 (dez) minutos, se quiser usar da palavra.

§ quinto - Sempre que julgar necessário, o Presidente da Sessão poderá suspender o debate.

TÍTULO IV

Dos Cursos

Artigo 10º - A ANPUH promoverá durante o XIIIº Simpósio a realização de cursos, ministrados por professores universitários, e aberto aos participantes que se inscreverem e pagarem a taxa.

§ primeiro - A inscrição em cada curso, está sujeito à taxa de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros).

§ segundo - Os participantes do XIIIº Simpósio, inscritos nos cursos farão jus aos respectivos certificados de frequência aos mesmos, conferidos pela Diretoria da ANPUH.

TÍTULO V

Das Reuniões

Artigo 11º - São consideradas reuniões do XIIIº Simpósio a Assembléja Geral e as reuniões constantes do programa elaborado pela Comissão Executiva.

§ primeiro - As Assembléias Gerais têm como objetivo a discussão, por todos os participantes inscritos, regularmente, reservado o direito de voto exclusivamente aos sócios da Associação.

TÍTULO VI

Das Moções e Propostas

Artigo 12º - As moções e propostas relativas aos intereses e objetivos próprios da ANPUH deverão ser apresentadas à Secretaria local do XIIIº Simpósio nos dias que antecederem à Assembléia Geral, para serem lidas, discutidas e aprovadas.

TÍTULO VII

Das Eleições

Artigo 13º - A Secretaria Geral da ANPUH providenciará urna e registro dos votantes, destinados a receber os votos e assinaturas dos sócios para eleição da Diretoria da ANPUH, para o biênio 1985-1987.

§ primeiro - O Presidente da ANPUH comunicará os dias destinados ao recebimento de inscrição de chapas e votações e respectivos horários, e designará previamente a Comissão e seu Presidente encarregados de presidir as eleições e apurar o resultado final que constará de Ata em livro próprio.

§ segundo - O direito de voto é reservado aos

sócios presentes ao Simpósio.

§ terceiro - O resultado das eleições será proclamado na Assembléia Geral do XIIIº Simpósio.

TÍTULO VIII Das Publicações

Artigo 14º - Cabe somente à Diretoria Geral da ANPUH o direito de editar, resumir e enviar ao público e às autoridades competentes, as comunicações, exposições, debates, moções e propostas relativas ao trabalho científico desenvolvido pelo XIIIº Simpósio.

TÍTULO IX Das Disposições Gerais

Artigo 15º - Caberá à Comissão Executiva do XIIIº Simpósio, ouvida a Comissão Organizadora do certame e a Diretoria da ANPUH, resolver os casos omissos no presente Regulamento.

REGULAMENTO DAS MESAS-REDONDAS

- 1 Caberá ao Presidente da ANPUH a abertura dos trabalhos.
- 2 O Coordenador da Mesa-Redonda (respectivamente: coordenador e moderador), após verificar a presença de todos os convidados cujo comparecimento lhe tenha sido confirmado pela Comissão Organizadora, dará início aos trabalhos chamando os participantes a tomarem seus lugares à mesa. (Recomenda-se que haja uma combinação prévia com os participantes a respeito da ordem de suas intervenções.)
- 3 Ao dar a palavra ao primeiro debatedor, o Coordenador deverá apresentá-lo ao público (nome, instituição, local, especialidade, atividades) e o mesmo deverá ser feito conforme forem sendo apresentados os demais debatedores.
- 4 Cada expositor terá o tempo de 20 minutos para fazer a exposição do seu tema, não devendo em nenhuma hipótese ultrapassar a duração de 30 minutos, cabendo ao Presidente da Mesa fazer observar esses limites. Aos debatedores será concedido o tempo de 10 a 15 minutos para suas intervenções.
- 5 Recomenda-se que cada expositor e debatedor traga escrito a sua comunicação, a fim de facilitar a publicação dos trabalhos da Mesa independentemente da sua gravação ou não.
- 6 Terminadas as exposições, o Coordenador dará um intervalo de 10 minutos para que sejam recolhidas as perguntas da assistência a respeito de pontos específicos das exposições.
 - 6.1 Tais perguntas deverão ser feitas por escrito e assinadas, podendo ser dirigidas, nominalmente, a um

dos debatedores, ou à Mesa como um todo.

- 6.2 A fim de ordenar e agilizar os trabalhos, a Presidência poderá reunir as perguntas em grupos, segundo os assuntos ou os seus destinatários.
- 6.3 As respostas dos debatedores serão dadas a esses conjuntos de perguntas (conjuntos por temas ou expositores).
- 7 Ficarã a critério do Coordenador a maior ou menor duração dessa primeira parte (debates) devendo fazer o possível para que não ultrapasse o prazo prefixado, ficando entendido que se houver falta de tempo tanto as perguntas escritas, mas não lidas, quanto as respectivas respostas serão incluídas na publicação dos trabalhos das Mesas-Redondas. Nesse caso o Coordenador deverá fazer comunicação em tal sentido aos presentes, antes de declarar encerrados os trabalhos.

INSTRUÇÕES ELEITORAIS

1. O Presidente da ANPUH designa a Comissão Eleitoral que se encarregará de organizar, realizar e apurar as eleições para a Diretoria da entidade para o biênio 1985/1987.
2. As chapas que se inscreverem deverão ser completas, rubricadas pelo Presidente da Comissão, e entregues na Secretaria Geral da ANPUH até às 19:00h. do dia 23 de julho de 1985.
3. A eleição se processará no horário da Assembleia Geral, dia 24 de julho de 1985, às 20:00h., no Auditório.
4. A Comissão Eleitoral se encarregará da apuração, proclamação do resultado e decidirá sobre os recursos interpostos.

Curitiba, 21 de julho de 1985.

CURSOS

A PÓLIS, OU A POLÍTICA COMO HISTÓRIA: A EXCLUSÃO DO TRABALHO E DO ESTADO (DIÁLOGOS COM HANNAH ARENDT)

Professor responsável:

Prof. Dr. Francisco Murari Pires - USP

1 Hannah Arendt e a percepção da pólis

1. A tradição e o tesouro perdido: a nostalgia da pólis.
2. A memória e a obra da História: a imortalidade do glorioso.
3. O mundo da pólis: a dissociação público/privado, política/trabalho, liberdade/necessidade.
4. A forma da política: igualdade, ou a ausência do estado.

2 A Pólis e a obra da Memória

1. As modalidades da Memória: História e Poesia.
2. As memórias do Trabalho no mundo da Pólis.
3. As memórias da Política no mundo da Pólis.

Bibliografia-Textos

1. ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Trad. de M. W. B. de Almeida. São Paulo, Perspectiva, 1972.
 - a. "A quebra entre o passado e o futuro", p. 28-42.
 - b. "A tradição e a Época Moderna", p. 43-52.
 - c. "O conceito de História, Antigo e Moderno", p. 69-78.
 - d. "Que é autoridade", p. 127-162.
2. ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. de R. Raposo. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
 - a. "A vita activa e a condição humana", p. 15-20.

- b. "A expressão vita activa", p. 20-26.
 - c. "O homem: animal social ou político", p. 31-37.
 - d. "A pólis e a família", p. 37-47.
3. HERÓDOTO. Histórias. Trad. de J. B. Broca. Rio de Janeiro, Edições Ouro, 1968. Livro I, cap. 1, p. 35.
 4. TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Trad. de M. G. Kury. Brasília, Edit. da UnB, 1982.
 - a. Livro I, capítulos 20-22.
 - b. Livro II, capítulos 34-46 ("O Discurso Fúnebre de Péricles").
 - c. Livro II, capítulo 65.
 5. ARISTÓTELES. Poética. Trad. de Eudoro de Souza. Porto Alegre, Globo, 1966.
 - a. Capítulos 1 a 9, p. 68-79.
 - b. Capítulo 23, p. 96.
 6. PLATÃO. Político. Trad. de J. Paleikat e Cruz Costa. Porto Alegre, Globo, 1961.
 - a. A narrativa mítica e a história do mundo. p. 288-296.
 7. PLATÃO. República. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo, Difel, 1965.
 - a. Da educação do guardião na pólis: os inconvenientes da poesia e do mito. Livro II, p. 135-146.
 - b. A pólis e a recusa da poesia. Livro X, p. 218-240.
 8. HESÍODO. Los trabajos y los dias. Version P. Cordova. Mexico, s.ed., 1979. p. 1-13.

TRABALHO E SOCIEDADE NA TRANSIÇÃO DO
FEUDALISMO AO CAPITALISMO

Professor responsável:

Prof. Assistente Francisco Carlos Teixeira da Silva - UFF

Trabalho e Sociedade na Transição

1. Trabalho e Capital no campo: arrendamento e parceria
2. Trabalho e Capital nas manufaturas
 - 2.1 o verlagsystem e o sistema doméstico
 - 2.2 o capital manufatureiro e as novas formas de produção
3. O capital usuário e o capital mercantil
4. A expansão comercial e o papel da acumulação no setor mercantil
5. Uma questão para debate: o que é Frñnkapitalismus ou Frñnhindustriiesirung? (curta discussão entre as teses de M. Dobb, R. Brenner, K. Polanyi e S. Amim)

Trabalho e Sociedade no Capitalismo

1. As formas e condições de trabalho sob o capitalismo
 - 1.1 produtividade, jornada de trabalho e salários
 - 1.2 a organização e disciplina na fábrica
2. O problema da superpopulação e do pauperismo
 - 2.1 as teses da pobreza crescente e geral
 - 2.2 a pobreza seletiva
 - 2.3 do lumpen-proletariat ao mundo dos marginais (curta discussão sobre a pobreza conforme as teses de Engels, Hildebrand, Kuczinsky e Mandel)

As formas de trabalho sob o capitalismo no campo

1. Subsunção real, subsunção formal: as formas não assalariadas no campo, o assalariamento e a proletarização
2. A questão da renda da terra e a propriedade privada da terra
3. As relações agricultura/indústria (curta discussão das teses sobre agricultura e capitalismo de E. Sereni, Zngheri, Lênin, Chayanov e B. Sorj)

As formas de organização do mundo do trabalho

1. Os primeiros movimentos: entre o passado e o futuro: cartismo, luditas trade-union
2. O surgimento do socialismo e as Internacionais
3. Anarquismo e socialismo: nem Deus nem Mestre
4. Os reformismos, O imperialismo e o movimento sindical (curto debate sobre as teses centrais de Bakunin, Marx e dos revisionistas).

A REAÇÃO ANTI-REPUBLICANA

Professora responsável:

Profa. Dra. Maria de Lourdes Mônico Janotti - USP

Programa:

1. As primeiras reações à Proclamação da República
2. O jacobinismo florianista e a caça aos monarquistas
3. O partido monarquista e as tentativas de desestabilização do governo
4. O discurso monarquista e os republicanos desiludidos

Roteiro:

1. O comportamento dos partidos Liberal, Conservador e Republicano. O sentido das adesões ao regime. A reação dos exilados e a imprensa monarquista
2. A luta contra a ditadura. O significado do jacobinismo. A repressão à imprensa e a personagens monarquistas.
3. Organização de Diretórios e partido monarquista. A extensão do movimento de Canudos. O "terror republicano"
4. A Década Republicana e sua importância como fonte de análise ideológica. As revoltas durante os governos de Campos Sales e Rodrigues Alves. A vitória do projeto paulista

Bibliografia:

- A DÉCADA Republicana. Rio de Janeiro, Typográfica do Brasil, 1899-1901.
- CALDAS, Honorato Cândido Ferreira. A deshonra da República: apreciações geraes sobre a revolução da marinha de guerra nacional e o governo do vice-presidente Marechal Floriano Peixoto. 2.ed. cor. aum. Rio de Janeiro,

- Imprensa Montenegro, 1895.
- CARONE, Edgard. A República Velha: instituições e classes sociais. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- CELSO, Affonso. Contradictas Monarchicas. Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães Editor, 1896.
- DORNAS FILHO, João. Apontamentos para a História da República. Curitiba, Edições Guaíra, 1941.
- FREDERICO DE S., pseud. (Eduardo Prado de Assis Figueiredo). Fastos da Dictadura Militar no Brasil. s.l., s.ed., 1890.
- MILTON, Aristides Augusto. A Campanha de Canudos: Memória. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1902.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro, Difel, 1977. t. III, v. 2.
- NABUCO, Joaquim. Cartas a Amigos. São Paulo, Ipê, 1949. 2 v. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco.
- PRADO, Eduardo. Collectaneas. São Paulo, Edição Salesiana, 1904-1905.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Os radicais da República. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1985. (mimeog.).
- SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1984.

SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA
NO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Professores responsáveis:

Profa. Dra. Elza Nadai - FEUSP

Profa. Ernesta Zamboni - FEUNICAMP

Profa. Joana Neves - UFPb

I OBJETIVOS GERAIS

1. Instrumentalizar o professor de História de 1º e 2º graus para o ensino temático da História, levando-o a analisar as possibilidades de utilizar a organização temática a partir dos currículos oficiais.
2. Levar o professor a reconhecer no tratamento temático uma abordagem capaz de proporcionar maior dinamismo e reflexão crítica ao ensino de História.
3. Propor à análise e crítica dos professores de História exemplos concretos de tratamento temático aplicados ao ensino de 1º e 2º graus.

II CONTEÚDO

1. A escola pública contemporânea: Os currículos oficiais e o ensino temático.
2. "Sociedade e Trabalho" e os primeiros anos de escolaridade: Introdução das noções básicas para a formação de um conceito.
3. "Sociedade e Trabalho" no ensino de 1º grau. Um exemplo: A Proclamação da República no Brasil.
4. "Sociedade e Trabalho" no ensino de 2º grau: Tema - As Lutas Camponesas.

III METODOLOGIA

- . Exposição
- . Análise de documentos
- . Debates

IV BIBLIOGRAFIA

- BEST, Francine; CULLIER, François; LEROUX, Annie. Pratiques d'éveil en histoire et géographie à l'école élémentaire. Paris, Armand Colin, 1983.
- BITTENCOURT, Circe Ma. Fernandes. O meio como história. In: SILVA, Marcos A. de (org.). Repensando a História. s.l., Marco Zero, 1984.
- CHESNEAUX, Jean. Hacemos tabla rasa del pasado? A Propósito de la historia y los historiadores. Traducción de Aurelio Garzón del Camino. Mexico DF, Siglo Veintiuno, 1977.
- CITRON, Suzanne. Euseigner l'Histoire aujourd'hui la mémoire perdue et retrouvée. Paris, Les éditions ouvrières, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- ENGELS, Frederich. As guerras camponesas na Alemanha. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1984. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 7)
- FERRO, Marc. Falsificações da História. Lisboa, Publicações Europa-América, 1892.
- . Como contar a História às crianças. Cultura, SP, O Estado de S. Paulo, 1(46):8-9, abr. 1981.
- FREITAS, Gustavo de. 900 textos documentos de História. Lisboa, Platano Editora, 1976. v. 1 e 2.

- GUIAS CURRICULARES DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS, PARANÁ, MATO GROSSO.
- HUBER, Michel (GEFN). L'Histoire, indiscipline nouvelle. Paris, Syros, 1984.
- ICEM - Pedagogia Freinet. Histoire partout, géographie tout le temps. Paris, Syros, 1984.
- LUC, Jean Noel. La enseñanza de la historia através del medio. Madrid, Editorial Council, 1981
- MARX, Karl. O Capital. Mexico, Fundo de Cultura, s.d.
- PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. A idéia Republicana no Brasil através de documentos. São Paulo, Alfa Omega, 1973.
- RENOV. Estudos Sociais: uma proposta para o professor. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.
- ROSSI, Vera Lucia Sabongi. Aprender História vivendo História. Cadernos Cebes, São Paulo, Cortez, n. 10, 1984.
- SILVA, Olga Brites da. História do trabalho e público trabalhador. In: SILVA, Marcos A. da. Op. cit. p. 95-100.
- WHITAKER, Dulce C. A. A História estudada a partir do presente: uma experiência didática. In: SILVA, Marcos A. da. Op. cit. p. 118-126.

MOVIMENTO OPERÁRIO NA AMÉRICA LATINA

Professores responsáveis:

Prof. Dr. Michael Hall e Prof. Marco Aurélio Garcia - UNICAMP

Programa:

1. Formação da classe trabalhadora latinoamericana (M. Hall)

1.1 Característica das economias latinoamericanas na segunda metade do Século XIX: mercado de trabalho segmentado, importância do setor de exportação, estrutura industrial, composição da força de trabalho;

1.2 A burguesia: intransigência, competição, capital estrangeiro;

1.3 O Estado: política industrial, relação com a agricultura, liberalismo, formas de repressão e outras estratégias de controle;

1.4 A classe trabalhadora: composição, importância da imigração, divisões internas, nacionalismo.

2. O Movimento Operário (M. Hall)

2.1 Primeiras formas de organização: o Gran Círculo de Obreros no México, o socialismo utópico, Primeira Internacional, outras manifestações;

2.2 A formação do movimento operário: anarquismo, anarcosindicalismo, doutrinas e estratégias, a greve geral, socialismo, sindicalismo católico e amarelo;

2.3 Crescimento do movimento operário: surtos de militância e sindicalização, características das greves, outras táticas, formação de organizações: Argentina e Chile, a crise da ditadura Porfirista, explosões de 1917-20, resultados e significação;

2.4 México e a emergência do sindicalismo de estado: a Casa del Obrero mundial, a Crom, novas formas de controle;
2.5 Os movimentos operários nos anos 20: a Terceira Internacional, a crise do anarco-sindicalismo, reformismo, conclusões.

3. A classe operária e os partidos comunistas (M. Aurélio Garcia)

3.1 A formação dos PCs latinoamericanos: o impacto da revolução russa; o comunismo apresentado como etapa "necessária" da evolução da classe operária;

3.2 As relações PCs-Internacional Comunista e seu impacto sobre o movimento operário: das "21 Condições" à "bolchevização";

3.3 O lugar da América Latina na Terceira Internacional: a questão colonial e o continente nos IV, V e VI Congressos da IC; o Birô Sulamericano e o Birô do Caribe e a política da Internacional Sindical Vermelha para a A. L.;

3.4 Da política de Frentes Populares ao Browderismo: Chile, Argentina, Brasil e Cuba.

4. Classe operária e populismo (M. Aurélio Garcia)

4.1 O contexto histórico dentro do qual se desenvolvem as experiências populistas; breve revisão das distintas significação do conceito;

4.2 Cardenismo, Varguismo e Peronismo;

4.3 Experiências periféricas: Colômbia, Peru, Venezuela, Equador e Cuba.

4.4 A crise do populismo e as perspectivas do neo-populismo.

Bibliografia:

ALBA, Víctor. Historia del movimiento obrero en América Latina. México, s.ed., 1964.

CEIL. Movimiento obrero, sindicato y poder en América La-

- tina. Buenos Aires, s.ed., 1971.
- FALETTI, Enzo. Industrialização e classe operária na América Latina. In: RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e Sociedade. São Paulo, Difel, 1968.
- FIGUEROLA, José. La colaboración social en Hispanoamérica, Buenos Aires, s.ed., 1943.
- GODIO, Julio. Historia del movimiento obrero latinoamericano. México, s.ed., 1980-83. 2 v.
- . Sindicalismo y Política en América Latina. Caracas, s.ed., 1983.
- PRADO, Maria Lígia. O populismo na América Latina: Argentina e México. São Paulo, Brasiliense, 1981: (Col. Tudo é história)
- Nun, José et al. A situação da classe trabalhadora na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Cedec, 1978.
- PARIS, Robert & RÉBÉRIOUX, Madeleine. Socialisme et Communisme en Amérique Latine. In: DROZ, J. (org.). Histoire Générale du Socialisme. Paris, s.ed., 1976. v. 4, p. 165-255.
- QUEBRACHO, (Liborio Justo). Estrategia Revolucionaria. Buenos Aires, s.ed., 1956.
- RAMA, Carlos. Amérique Latine Australe - Le mouvement social et ouvrier en Amérique Australe, Argentine, Chili et Uruguay, de 1929 à 1939. In: Mouvements ouvriers et dépression économique de 1929 à 1939. Assen, 1966.
- . Historia del Movimiento Obrero y social Latinoamericano Contemporaneo. Buenos Aires/Montevideo, s.ed., 1967.
- SPALDING, Hobart A. Organized Labor in Latin America. New York, s.ed., 1977.
- TOURAINÉ, A. & PÉCAUT, D. Conscience ouvrière et développement économique en Amérique Latine; propositions pour une recherche. In: Sociologie du Travail, ano 9, n. 3, 1967.

HISTÓRIA REGIONAL

1. Tema: "Sociedade e trabalho no Paraná"
2. Ementa: Análise da sociedade paranaense, abordando-a através da questão do trabalho
3. Programa:
 1. Sociedade e trabalho no "Paraná tradicional"
 2. O imigrante e o trabalho livre
 3. A questão da industrialização e do trabalho em Curitiba (1890-1920)
 4. Organização e disciplina do trabalho em Curitiba (1890-1920)
4. Professores responsáveis:
Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Burmester
Prof. Luiz Carlos Ribeiro
Sergio Odilon Nadalin
5. Roteiro das aulas:

Sociedade e trabalho no "Paraná tradicional"

Entende-se por "Paraná tradicional" não uma área geográfica limitada, ou uma certa evolução cronológica, mas antes de tudo um "modo de vida" baseado na grande propriedade e no trabalho escravo, tendo em Curitiba o núcleo privilegiado de expansão social e geográfica deste "modo de vida".

A presença do elemento escravo no Paraná possibilita a abordagem em termos da estrutura de uma sociedade de escravocrata, onde o elemento escravo é fundamental para a compreensão das relações sociais vigentes no Século XVIII e inícios do Século XIX.

A análise do sistema de posse da terra, através de concessão oficial (sistema de sesmarias), permite a compreensão da sociedade local, e da forma como os grupos so

ciais: funcionários da administração, lavradores, artesãos, arrieiros, agregados, jornaleiros, assalariados, vagabundos e mendigos, se situam social e espacialmente.

A partir da estrutura dos domicílios curitibanos, dispomos de uma via de acesso à compreensão dessa sociedade, pois através dos domicílios se faz presente a questão do trabalho, na forma como o aproveitamento da mão-de-obra, livre e escrava, se dá em relação dos núcleos familiares.

O imigrante e o trabalho livre

1. A história da Grande Imigração no Brasil (1850-1930) tem como referência inicial a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

A nível do Estado, este processo é comandado pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, dada a dependência da economia nacional à agricultura de exportação.

A partir da segunda metade do Século XIX, assinalava-se a grande contradição: de um lado, a demanda internacional forçava o aumento da produção, verificando-se a conseqüente necessidade de expansão das áreas de plantio e do aumento de braços para a lavoura. De outro lado, pressões externas e internas acarretavam a gradativa supressão do tráfico escravo, evidenciando-se sinais próximos de uma crise de mão-de-obra.

2. A estrutura do latifúndio (e do sistema de plantation) correspondente permite responder à questão fundamental do não aproveitamento de uma mão-de-obra nacional constituída pelas camadas inferiores não-escravas para tomar o lugar do escravo. De acordo com uma testemunha da época, o elemento "nacional" mostrava-se "completamente indolente, preguiçoso e avesso a todo esforço físico". No sistema então em vigor, trocando-se

uma mão-de-obra escrava por uma mão-de-obra "livre", "só se escravizando alguém substituiria o escravo".

3. Este quadro ideológico também permite explicar o objetivo de uma imigração européia que funcionasse como "escola" de agricultura, criação e artesanato à população nativa. De modo geral, as necessidades político-econômicas modificaram a ênfase destas motivações "nacionais" que, no entanto, a nível regional, persistiram aqui e ali, dando colorido às políticas imigratórias provinciais.

Assim, verifica-se quanto é contraditória a articulação das histórias regionais à uma história "nacional", determinada principalmente pelos interesses paulistas, mineiros e cariocas.

4. No sul do Brasil, centrando a observação na sociedade paranaense tradicional e considerando a decadência do latifúndio patriarcal e escravocrata, a questão que se coloca é, finalmente, como se exterioriza na colonização patrocinada direta ou indiretamente pela Província (1853) e implantação do trabalho livre.
5. Evidentemente, o sistema de colonização implicava numa determinada concepção de trabalho, familiar, em regime de pequena propriedade. Também explicitava-se um objetivo: a produção de gêneros de primeira necessidade para uma sociedade cuja economia baseada na exportação estava em desenvolvimento, e cuja alimentação básica tinha que ser importada de outras regiões. Esta questão se agravou, e muito, pelo remanejamento da mão-de-obra escrava ditada pelas imposições da economia cafeeira.
6. Ocorre, no entanto, que o sistema social tradicional não "assimilava" diretamente os imigrantes "de bons costumes" e "amigos do trabalho", o mundo do campo (latifúndio) e o mundo das matas (pequena propriedade)

mostravam-se incompatíveis. No Paraná, especificamente, e diferentemente do resto do sul, o planalto caracterizava-se por alternâncias de pequenas superfícies de matas e grandes superfícies de campo. Conviviam, assim, numa mesma região, mas sem ocupar os mesmos espaços, duas formas de trabalho, o do imigrante e o da grande propriedade campeira.

A questão da industrialização e do trabalho em Curitiba (1890-1920)

Resgatar, a partir de um projeto de industrialização e urbanização de Curitiba, a memória do trabalho nesse processo de construção de uma sociedade "civilizada".

Discutir, num primeiro plano, que essa industrialização não se dá sem contradições, mas que, no discurso das classes hegemônicas ela aparece oculta, mostrando um progresso linear, lógico.

Recobrar, a partir da memória do trabalho, nas suas formas implícitas e explícitas de resistência/conciliação, no interior dessas contradições (luta de classes), o fazer histórico das classes operárias em Curitiba no início do século.

Retomar, enfim, aquilo que a memória das classes dominantes ocultam no seu discurso: a memória do trabalho.

Organização e disciplina do trabalho em Curitiba (1890-1920)

O objetivo é resgatar a dinâmica do fazer histórico no interior do próprio "movimento operário", ou em outras palavras, em que medida dos discursos acabados da vanguarda operária não oculta, em nome de um projeto revolucionário, uma dinâmica da luta de classes onde os trabalhadores não existem a priori revolucionários, mas nem

por isso reacionários ou conservadores.

Resgatar o fazer operário no interior da luta de classes, seja através do discurso das classes dominantes ou da vanguarda operária, na Curitiba do início do Séc. XX, é o objetivo desse curso.

6. Bibliografia

- BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativo. Estudos CEBRAP, (5):5-79, jul./set. 1973.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, (12):65-80, maio/jun. 1969.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WEST PHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1.
- . Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). São Paulo, Revista de História, 1969. p. 345-389.
- BURMESTER, Ana Maria. "Population de Curitiba au XVIII^e siècle". Ph.D. Dissertation. Montréal, Université de Montreal, 1981. 390 p.
- CARDOSO, Jayme A. & NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná; séculos XVIII, XIX e XX. História: Questões & Debates, 3(5):105-129, dez. 1982.
- CARNEIRO, Newton. Um precursor da Justiça Social: David Carneiro e a economia paranaense. Curitiba, s.ed., 1965.
- CASTORIADIS, Cornelius. La experiencia del movimiento obrero. Barcelona, Tusquets Editores, 1979. v. I. Como lu char.
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1824). São Paulo, Brasiliense, 1984.
- . Trabalho urbano e conflito social. Rio de Janeiro

ro, Difel, 1977.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1983.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1969. Tomo II, v. III. 498 p.

Jornal Diário da Tarde.

PINHEIRO, P. Sérgio (org.). Crime, violência e poder. São Paulo, Brasiliense, s.d.

PINHEIRO, P. Sérgio & HALL, M. Michael. A classe operária no Brasil (documentos - 1889 a 1930). São Paulo, Alfa-Omega, 1979. v. 1. O movimento operário.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983.

7. Clientela: Estudantes, professores de 1º e 2º graus. membros da comunidade.

O PCB - DA FUNDAÇÃO ATÉ 1930

Professor responsável:

Prof. Michel Zaidan Filho - UFPB

Roteiro:

1. A formação ideológica prévia dos primeiros dirigentes comunistas brasileiros
2. O PCB e a Internacional Comunista (IC)
3. As duas políticas sindicais
4. A elaboração teórico-política do PCB
5. O PCB e a Crise da 1.^a República

Bibliografia:

- ZAIDAN FILHO, Michel. Construindo o PCB: 1922-1924. Temas de Ciências Humanas, n. 7, 1980.
- . Notas sobre as origens do PCB em PE: 1910-1930. Memória e História, São Paulo, n. 2, 1982.
- . PCB (1922-1929): nas origens da busca de um marxismo nacional. Voz da Unidade, março de 1983. n. 146.
- . O PCB e a Internacional Comunista. Voz da Unidade, julho de 1983. n. 151.
- . A questão da Unidade Sindical. Voz da Unidade, julho de 1983. n. 150.
- . O PCB e os Congressos da IC: 1922-1929. Cadernos Brasil em Debate, n. 2, 1983.

CINEMA, CIDADE E CRISE

Ementa: "A produção do espaço urbano no imaginário cinematográfico"

Programa: Projeção dos filmes

"Metropólis", de Fritz Lang

"Alphaville", de Jean Luc Godard

"Blade Runner", de Ridley Scott

Professores responsáveis:

Prof. Antonio Simão Neto - UE Maringá/MIS-PR

Prof. Dr. Ismail Xavier - ECA/USP

Prof. Marco Antônio Silveira Mello - UE Maringá

RESUMO

Explorar as possibilidades do Cinema, não tem sido prática muito comum no cotidiano de ofício do historiador. São poucos os estudos que se "aventuram" neste sentido, quer como fonte de pesquisa ou como tema de reflexão resultando uma diminuta produção, sendo que entre estes ainda muitos trabalham a imagem como mera ilustração, de análises historiográficas já construídas; o olhar se recusa a penetrar no interior da organização imaginária fílmica, contentando-se com manifestação exterior da imagem. É muito comum neles, a opção pelo material não ficcional, denominado como "documentário", como se a "verdade" (e "neutralidade") fosse assim autenticada, e que entre "ambos", ("ficção" e "documento"), não fossem reservadas maiores surpresas que a relação entre "real" e "falso". Levantamos estas considerações devido a nossa escolha do material para ser projetado e analisado. Todas (as Três) filmes de "ficção", confeccionados em épo

cas diferentes e que abrigam no seu processo de produção elementos diversos, mas que em comum, têm o espaço urbano como foco de atenção. "Metrópolis", "Alphaville" e "Blade Runner", formam um conjunto de metáforas acerca da cidade, local onde o conflito da sociedade contemporânea aparece em maior visibilidade. É pensar com o cinema a dimensão deste conflito, o fio condutor deste curso, como é produzido e aparece no interior do imaginário cinematográfico.

É importante observar, que os filmes escolhidos foram produzidos em momentos, onde a idéia de Crise, aparece com força incomum para a sociedade, sendo assim eles apresentam marcados por este espírito de época, nas questões que tratam como Sociedade, Trabalho e Política; e neles é possível percebermos como se imagina a crise, sua dimensão, causas e resultados, a possibilidade e impossibilidade de uma existência coletiva, o processo de desumanização do trabalho, até extraírmos reflexões historiográficas, ainda que sinistras, como em "Blade Runner", onde o poder procura produzir, não a história coletiva, mas a história individual, a memória pessoal.

SESSÕES DE ESTUDO

SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
22/7	14:00h	119/162/136/198/114/164
23/7	14:00h	145/122/196/117/135-A
25/7	14:00h	306/302/227/304
26/7	14:00h	180/148-B/118/364-B
22/7	14:00h	201/210/153/208-A

DISCIPLINA E CONTROLE NO ESPAÇO FÁBRIL: O TRABALHADOR TEXTIL EM MINAS GERAIS

Heloisa Helena Pacheco Cardoso - UFU

A indústria textil começa a sua trajetória efetiva no estado de MG a partir da criação da fábrica do Cedro, em 1868. Ela é a origem da constituição da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, constituída em 1883, e que conta na sua primeira fase com três fábricas: a do Cedro, a da Cachoeira e a de S. Vicente. Nesse momento, a fábrica é pensada como um espaço em que trabalho e vida operária se identificam e a organização fabril é montada a partir de um dado conceito de trabalho ligado a subordinação do trabalhador às novas exigências da atividade industrial. Essa subordinação significava alterar hábitos e costumes de uma população livre, a partir da construção de todo um aparato institucional capaz de reproduzir e introjetar os valores da laboriosidade, da disciplina, da autoridade, da regularidade.

A COLÔNIA "UNIÃO INDUSTRIAL" DO SAÍ (SC)

Valberto Dirksen - FEBE (Brusque/SC)

Na primeira metade do Século XIX a Europa enfrentava graves crises sociais em consequência da industrialização. Muitos pensadores, críticos sociais e reformadores ensaiaram dar uma resposta ao problema, uns de ordem teórica, outros de ordem prática.

Entre outros, destacamos Charles Fourier que, com a sua doutrina societária, cativou inúmeros simpatizantes e adeptos. Seus discípulos, na tentativa de concretizar as idéias do mestre, fundaram falanstérios na França e em outros países.

Em abril de 1841 partiu para o Brasil o Dr. Mure

com a incumbência de negociar junto às autoridades brasileiras a concessão de um terreno e recursos financeiros para a instalação de uma colônia agro-industrial com base na doutrina societária de Charles Fourier. A localidade escolhida foi o Saí, defronte à Cidade de São Francisco do Sul (SC). Em dezembro do mesmo ano aportou no Rio de Janeiro a primeira leva de colonos com destino ao Saí. Posteriormente vieram outros, perfazendo um total de aproximadamente 400 pessoas. Após 3 anos de atividade, em meio a muitas privações e dificuldades, o empreendimento faliu por motivos de "dissenções internas, falta de recursos e sistema todo teórico de trabalho em comum". Dos colonos que para cá vieram, muitos voltaram para a França, outros foram procurar emprego no Rio de Janeiro ou alhures e uns poucos permaneceram em Santa Catarina.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada nos arquivos de Paris em 1984.

118

TROPEIROS E CAMINHÕES BOIADEIROS NA CAMPANHA GAÚCHA

Nadir Domingues Mendonça - FUNBa

O presente trabalho buscou saber se houve mudanças na circulação do gado vivo, após a crise econômica e alta desenfreada do combustível. Foram selecionados 5 municípios da micro-região da Campanha, para o estudo.

A primeira parte analisa a evolução dos transportes, desde o período colonial, e a sua relação com o trânsito do gado. A segunda, basicamente, é resultante de entrevistas e dados estatísticos.

Chegou-se à conclusão de que, além da reciprocidade, transporte e produção, no Brasil é fator básico, a política governamental. Hoje, o transporte para os frigoríficos é quase 100% em caminhões boiaqueiros. O frete

é pago pelo frigorífico que repassa o custo para o produto final. Nos locais de remates, há uma tendência, nos últimos 3 anos, de uso da "tropa a pé", quando o transporte é por conta do pecuarista. Na busca de aumentar o lucro, ainda é a mão-de-obra barata, a melhor fórmula.

119

REPRESENTAÇÕES SOBRE O TRABALHO LIVRE NA CRISE DO ESCRAVISMO FLUMINENSE - 1870-1903

Ana Maria dos Santos e Sonia Regina de Mendonça - UFF

Trata-se de estudar como a elite fundiária fluminense redefiniu, ao nível das representações, as relações de trabalho no campo em dois momentos: no auge da campanha abolicionista e após a Abolição. Utilizando-nos das fontes que refletem o discurso daqueles que, no aparato do Estado, representavam o interesse da lavoura, detectamos a existência de dois projetos sucessivos para a transição ao trabalho livre, envolvendo ambos uma configuração do tipo de trabalhador que substituiria o escravo em uma região pensada como decadente. Ambos implicavam na opção pelo "trabalhador nacional", mas diferiam quanto aos meios de constituição do mercado de trabalho. No primeiro momento, os meios privilegiados eram a educação e a reforma da estrutura da propriedade. No segundo, enfatizavam-se os mecanismos de repressão que traduziam, apesar de redefinidos e encobertos, a marca de uma mentalidade moldada na escravidão, que distinguiria o bom do mau trabalhador, mas que, no fundo, representava a recusa ao trabalho assalariado.

122

A CRISE AÇUCAREIRA E OS ENGENHOS CENTRAIS EM PERNAMBUCO

(1850-1888)

Odaléa C. D. Bianchini - IFCS/UFRJ

Este estudo, refere-se à crise açucareira pernambucana de meados do século passado, provocada, sobretudo, pela dependência secular do mercado internacional onde enfrentava-se a concorrência do açúcar de beterraba e do açúcar de cana. Refere-se também às alternativas procuradas pelos agricultores para enfrentá-la, tais como, a instalação dos engenhos centrais e a substituição da mão-de-obra escrava, pela livre, do imigrante europeu.

Através de consultas às fontes primárias e à uma bibliografia de apoio, pode-se ver que, diferentemente da historiografia que se deteve no assunto, foi sobretudo a insuficiência de recursos da região, que possibilitando a entrada dos capitais estrangeiros, nem sempre idôneos relegou a um segundo plano o antigo produtor, gerando antagonismos entre o setor agrícola e o industrial, acabando por impedir o êxito total do empreendimento.

135-A

OS COMERCIANTES TEUTO-RIOGRANDENSES E A CONCORRÊNCIA ANGLO-GERMÂNICA NO COMÉRCIO EXTERNO GAÚCHO DURANTE A REPÚBLICA VELHA

Suzana Bleil de Souza - UFRGS

A atuação dos comerciantes ingleses e alemães no RS, principalmente suas vinculações com os comerciantes gaúchos da capital, a partir do exame de fontes primárias inglesas, dos Parliamentary Command Papers, do Public Record Office, de Londres.

Pelos relatórios consulares britânicos, podemos observar a preocupação dos comerciantes ingleses, com a crescente e cada vez mais sólida concorrência com os comerciantes germânicos, manifestada através das importações de produtos manufaturados para o RS, onde a predomi

nância inglesa vinha cedendo lugar à alemã, através das companhias de navegação que monopolizaram o transporte mercante para os portos meridionais do Brasil e da presença cada vez mais frequente de viajantes comerciais germânicos, que encontraram receptividade para seus produtos em virtude da existência de grande número de colonos imigrantes alemães. Os resultados da pesquisa demonstraram que efetivamente ocorre uma variação de volumes comerciais a favor dos alemães.

136

1º DE MAIO: LUTA E FESTA NA IMPRENSA OPERÁRIA (1889-1935)
Alcina Maria de Lara Cardoso & Silvia Maria Pereira de Araújo - UFPR

Estudo de exemplares da imprensa operária no Paraná, especialmente dedicados ao dia 1º de maio. Essas edições extras, patrocinadas por associações operárias, refletem as transformações históricas do país e do Paraná e o jogo de forças em que estão enredadas as classes sociais; cumprem ainda, o papel de reanimadoras da memória social na divulgação e exaltação da data e do trabalhador, trazendo em suas matérias a essência da conjuntura de 1887.

O tratamento metodológico dessa fonte primária para a História Social assenta-se na Análise Histórica de Conteúdo (AHC)* dos periódicos. Os artigos de fundo e demais assuntos são decompostos em temas-eixos que levam a interpretação do discurso operário.

Esses jornais discutem a questão operária e agem como instituições de cunho educativo e conscientizador. O espírito crítico-histórico no trato da origem do 1º de maio pela imprensa operária caminha da recordação à re

flexão acerca da contribuição do operariado para a sustentação da classe dominante e acúmulo do capital, graças à exploração da sua força de trabalho. Os desdobramentos históricos das comemorações são detectados nestes jornais: a recuperação da tragédia de Chicago em meio ao pleno vigor da aparência festiva na qual a data foi transformada. Com a transformação do 1º de maio em data-homenagem ao trabalho, a classe trabalhadora ganhou espaço temporal no calendário burguês e, ao mesmo tempo, afastou-se do caráter contestatório inicial. As manifestações características da ocasião, promovidas por entidades operárias ou não, pouco têm feito para reconstituir a tênue lembrança da verdade histórica e terminam exercendo função ideológica definida: controlar o movimento operário dentro de suas próprias paredes.

* Metodologia específica para leitura de periódicos desenvolvida pelas Autoras em trabalhos anteriores.

145

CENTRALIZAÇÃO, SISTEMA FISCAL E AUTONOMIA PROVINCIAL NO IMPÉRIO BRASILEIRO (1808-1835) - (Tese de doutoramento defendida na Univ. de Paris X-1985)

Maria de Lourdes Vianna Lyra - IFCS/UFPRJ

A sociedade brasileira, face ao sistema de governo monárquico centralizador, apresenta problemas específicos, em especial em relação à questão da autonomia político-fiscal administrativa e rendas provinciais. Realizamos o estudo da política fiscal do Império e suas repercussões em Pernambuco e províncias vizinhas, ressaltando o aspecto das rendas geradas na região e a luta contra sua transferência para a sede da monarquia e áreas circunvizinhas. Utilizamos como base metodológica de pes

quisa, os dados registrados nos Relatórios dos Ministros da Fazenda e Presidentes de Província, legislação fiscal, anais do Parlamento e jornais da época, bem como censos parciais de população e produção anteriores a 1872. Assim é que pudemos levantar e organizar tabelas das rendas do Norte e Nordeste que contribuïam com parcela três vezes superior a das províncias vizinhas a Corte, enquanto estas eram melhor aquinhoadas pelo orçamento do governo imperial. Ressaltamos ainda, as reações das províncias que lutavam contra a saída das rendas geradas nas suas áreas e necessárias ao próprio desenvolvimento.

148-B

UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA REGIÃO PLATINA:
DA ALDEIA GUARANI AO POVOADO MISSIONEIRO (SÉC. XVII)

Prof. Arno Alvarez Kern - UFRGS, PUC/RS, Pesquisador do
CNPq

O processo de transformações sociais que leva as populações das comunidades guaranis a saírem de suas aldeias inseridas nas florestas subtropicais e penetrarem no novo espaço dos Trinta Povos missioneiros da região platina, foi provocado por uma profunda crise sócio-cultural criada pelo avanço das frentes de expansão do colonialismo luso-espanhol.

Esta transição forçada de grupos indígenas de um estágio de neolítico tropical pré-histórico para uma situação de gradual e limitada inserção social na sociedade global hispano-americana, ilustra o complexo processo de transculturação ocorrido, no qual a mudança e a permanência de certas características sociais coexistem. O caciquismo e o Cabildo, a inexistência de genocídio ou de miscigenação, a reciprocidade do "abambaó" e a redistribui

ção do "tupambaé", o comunitarismo e não a escravidão, o exército indígena com armas de fogo, a yassalagem direta ao rei espanhol, a liderança dos novos pajés jesuítas, etc., são múltiplas variáveis que nos sugerem uma reinterpretação das teorias em voga sobre as zonas de colonização íbero-americanas.

* Instituição Financiadora: UFRGS.

153

MOVIMENTO OPERÁRIO NO RJ: A FÁBRICA DEL CASTILHO E O SEU PAPEL NO RIO DE JANEIRO

Edna M.^a dos Santos - USU

Este trabalho se inclui num trabalho maior realizado pelo Departamento de História, da USU-RJ, que é o de PESQUISAR as raízes da Indústria Fabril, os movimentos operários do Rio de Janeiro e a decadência e fechamento de muitas dessas fábricas e a resistência dos operários em preservá-las como é o caso por exemplo desta fábrica. A pesquisa se encontra em andamento, na fase de coleta de dados e depoimentos.

162

A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO: SUGESTÕES DE UMA DOCUMENTAÇÃO DO SÉCULO XIX

Margaret M. Bakos* (coord.), Eliana Silveira e Carmem Castro** - PUC/RS

O objetivo deste trabalho é analisar o papel do Estado na organização de algumas instituições com finalidades educacionais no Rio Grande do Sul.

A pesquisa parte do relatório do Presidente da

Província Henrique D'Avila - de 4 de março de 1881 - quando ele passa a administração pública do Rio Grande do Sul para o seu sucessor.

O relatório é importante na medida em que esclarece as diretrizes políticas sobre a educação para o trabalho seguidas até então, enfatizando a pertinência de sua continuação pelas legislaturas futuras. A motivação principal da mensagem é a necessidade que se constata, na época, de uma educação planejada de orientação para o trabalho, visando principalmente a grupos minoritários: escravos negros libertos e mulheres órfãs.

* Professora de História - PUC/RS.

** Mestrandas de História - PUC/RS.

164

FORÇA DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NAS PROPRIEDADES ALGODOEIRAS EM SERGIPE (1922-1926)

Diana Maria de Faro Leal Diniz - UFS

O tema abordado está baseado numa documentação primária existente no Arquivo Público do Estado de Sergipe. A documentação consta de um total de 14 pacotilhas contendo documentos referentes a um cadastro de imóveis rurais dessa época. Com base nos requerimentos feitos pelos proprietários rurais, foram levantadas 1.347 fichas das propriedades algodoeiras e 2.307 das que não produzem algodão.

O nosso objetivo é o pessoal ocupado, em turmas de força de trabalho e das relações de produção, uma vez que, dos títulos dos diversos requerimentos constam o número aproximado dos trabalhadores empregados na propriedade e o sistema adotado em relação ao serviço agrícola.

A análise do pessoal ocupado foi realizada nas

propriedades algodoeiras, objetivo do nosso estudo e de pois comparada com as propriedades não algodoeiras.

Foram elaboradas várias tabelas utilizando-se categorias dimensionais previamente estabelecidas e, após um estudo detalhado, chegamos às seguintes conclusões:

- 1) Não há diferenças significativas em força de trabalho, entre as propriedades algodoeiras e não algodoeiras das diversas categorias dimensionais.
- 2) As propriedades algodoeiras são mais simples, em termos de relações de produção.
- 3) As propriedades algodoeiras são trabalhadas pelo proprietário e sua família em muito menor proporção, caracterizando-se por uma predominância de salário e empreitada.
- 4) O cultivo de algodão se dá de forma diferente dentro da propriedade, levando à caracterização de um pequeno produtor agrícola associado ao pequeno proprietário.

180

O MODO DE PRODUÇÃO NA SOCIEDADE ANDINA

Philomena Gebran - Dep. de História. UFRJ

Este trabalho é parte da dissertação de Mestrado: "Os Modos de Produção nas Sociedades Pré-Colombianas" defendida na UFRJ. Foi realizado tendo como base fontes secundárias fornecidas, tanto por arqueólogos como por cronistas da época da dominação espanhola. O fundamental é o emprego do método que usamos, o Materialismo Histórico e seu corpo conceitual, para tentarmos comprovar a hipótese levantada, de que o Modo de Produção Asiático existiu na Sociedade Andina muito antes da conquista incaica, entre as sociedades que a precederam. A hipótese levantada é que o desenvolvimento das forças produtivas partindo do Modo de Produção Primitivo, a Sociedade Andina de

envolveu, também, suas relações de produção e chegou a uma formação social cuja característica principal nos é dada pelo Modo de Produção Asiático ali existente. Nosso trabalho tenta mostrar que as Sociedades Andinas antes da invasão espanhola passaram pelas formas mais primitivas de vida e trabalho, desde o homem transumante para o homem sedentário, já sob o que denominamos "Modo de Produção Primitivo" cujo desenvolvimento das forças produtivas originou nos Andes o Modo de Produção Asiático, que chegou ao seu apogeu com as conquistas e dominação incaica. Neste trabalho tentamos através de uma reflexão teórica chegar a uma comprovação sobre a realidade concreta das Sociedades Andinas. Vemos o presente trabalho como um exercício de pesquisa utilizando fontes secundárias, que nos possibilitou uma melhor compreensão entre o teórico-abstrato, o concreto e o dialético, para melhor entendermos a dialética da História no caso da História das Sociedades Pré-Colombianas.

196

O SERTÃO DA BAHIA: APROXIMAÇÕES PARA ANÁLISE DA SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA

Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, Ana Lúcia Borges de Carvalho Rocha e Maria Alba Guedes Machado Mello - CARSEPLANTEC/BAHIA

Procurou-se estudar a formação histórica da região do Vale do Médio São Francisco, tanto a nível de suas articulações externas quanto nas suas particularidades, tendo como balizas os anos de 1890 e 1960. A primeira justifica-se por ser o esforço inicial de integração regional manifestado não só a nível da produção mas especialmente da circulação de mercadorias via rio São Francisco

e Estrada de Ferro Bahia - São Francisco. Quanto a 1960, o estudo deverá ser retomado em novas bases, a partir desta data. Há uma carência quase total de bibliografia para o espaço estudado, justificada pelas próprias condições da produção historiográfica nos fins do século passado e início deste que privilegiam Salvador e o Recôncavo. A partir daí, o trabalho de História Oral foi incorporado como fonte de subsídios à pesquisa como um todo e publicado separadamente como um documento de História Oral propriamente dito. A nível de conclusões ficou evidenciado: 1º) o papel das vias de comunicação como elemento preponderante no processo de diferenciação da estrutura produtiva; 2º) a importância do coronel enquanto organizador do mundo rural, sobretudo como referência daquelas vias; 3º) e num outro momento, a intervenção direta do Estado no setor produtivo, dando-lhe definitivamente uma base capitalista.

198

MULHER E TRABALHO: 1900-1922

Eliane da Silva Lopes - Dep. de História. UNICAMP

O objetivo deste trabalho é o estudo do processo de formação da trabalhadora urbana no Brasil entre 1900 e 1922. Dentro deste processo destacamos a específica figura que os discursos sobre o trabalho elaboraram para as mulheres que se viram constrangidas a se submeterem à lógica produtiva do capital. Transformada já no Século XIX em centro de estratégias que visam organizar, higienizar e moralizar a família, a mulher assumiu uma nova dimensão diferenciada da figura da mãe e da esposa: a de trabalhadora.

O constituir-se em força disponível no mercado de

trabalho livre e assalariado destas mulheres envolveu diferentes agentes sociais: o patronato, o Estado, a legislação, os médicos sanitaristas, o movimento operário e as próprias trabalhadoras. Sobre a figura social deste trabalhador específico - a mulher - se debatem algumas questões cruciais ligadas à reprodução humana e ao trabalho doméstico. Discute-se um novo papel da mulher diante da maternidade, dos cuidados com a infância e do trabalho doméstico. Neste sentido é que colocamos nosso estudo.

201

A REGULAMENTAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E A LUTA POLÍTICA EM MINAS GERAIS

Evantina Pereira Vieira - FAFICH/UFMG

O trabalho visa analisar a atuação política da classe trabalhadora de Minas Gerais, no período de 1930 - 1935. Nesta análise procurar-se-á ver as formas de organização de luta, como o estudo das greves, os conflitos com a orientação sindical e os partidos políticos para o cumprimento da legislação trabalhista e política.

208-A

SOCIEDADE E TRABALHO NA COLÔNIA: ARTESÃOS, ARTISTAS E OFICIAIS MECÂNICOS NA MINAS GERATRIZ

Caio C. Boschi - UFMG

A produção historiográfica sobre a Capitania de Minas Gerais tem acentuado a singularidade tanto da política colonizadora nela implantada, como das manifestações artístico-culturais ali desenvolvidas. Quanto a essas últimas, no que respecta ao ativo mercado da arte religio

sa, as pesquisas, quase sempre, enfatizam os artistas mais representativos e exponenciais, passando ao largo da realidade sócio-histórica que lhes estava subjacente.

Analisar as condições de trabalho desses indivíduos (particularmente do homem livre) e a regulamentação do trabalho, no âmbito do mercado consumidor de arte é o propósito fundamental desta comunicação. Paralelamente, são também discutidos o caráter urbano da Capitania e as formas corporativistas praticadas pelos artesãos, artistas e oficiais mecânicos concentrados e atuantes na região.

210

AS FORMAS DA GREVE (O CONFRONTO OPERÁRIO NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: 1978/80)

Ricardo Antunes - UNESP/Araraquara

Este estudo visa a apreensão da particularidade do proletariado metalúrgico vinculado à indústria automobilística do ABC paulista. Pretende também entender a causalidade, forma de ser, processualidade e resultados das Greves Gerais metalúrgicas desencadeadas nos anos 78, 79 e 80, momento em que se verificou um ciclo grevista dos mais importantes da história do operariado brasileiro.

De maneira absolutamente resumida pode-se dizer que se trataram de greves espontâneas, motivadas pela superexploração do trabalho e comportaram nítida dimensão política. As três greves metalúrgicas foram, entretanto, marcadas por diferenças significativas em seu desencadeamento, teleologia, vigência e desdobramentos.

Este estudo, através da análise detalhada destas manifestações grevistas, pretende apontar as similitudes e diferenças presentes naqueles eventos, suas positivities e limites.

Um estudo sobre o empresariado industrial nos anos J.K. e seu projeto de transformar o Brasil numa "nação industrial". O estudo do empresariado através da "ótica" da FIESP, permite desvendar qual a representação do social construída e veiculada por esse grupo social e contraria teses correntes na Historiografia de um "vazio de poder", da "ausência de um projeto da burguesia industrial" e de um "Estado árbitro", sujeito da história e instituinte da classe industrial e da própria industrialização.

O projeto do empresariado, corrente nos anos 50, pode ser definido como um "projeto de dominação totalizante", na medida em que pensava a ordenação do social por completo a partir da industrialização, designando os lugares do Estado, do Capital e do Trabalho e os papéis dos diferentes agentes sociais. É apresentado pela classe industrial como uma proposta alternativa a outros projetos que perpassavam a sociedade brasileira e que a seu ver punham em risco o futuro do capitalismo e da iniciativa privada no Brasil.

A industrialização tratada sob esse prisma, deixa de ser apenas um processo tecnológico ou econômico e revela primordialmente seu aspecto de luta política enraizada no conflito capital-trabalho.

O tema refere-se ao período do chamado Estado Novo no Brasil (1937-1945), abordando um dos seus aspectos mais marcantes, ou seja, o controle político e ideológico da sociedade exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP.

O DIP exerceu, a partir das diretrizes intervencionistas do Estado Novo, o controle de todos os meios de comunicação, atuando diretamente em todas as manifestações sócio-culturais da sociedade brasileira da época.

Nosso trabalho privilegia a análise da proposta ideológica que este órgão de propaganda formula visando o auditório juvenil no Estado Novo. Consideramos que a ação do DIP junto às faixas mais jovens da sociedade revela a complexidade do ideário da propaganda oficial.

Considerando ainda, o discurso como a forma mais acabada e assumida pela ideologia, nossa ênfase se volta para a análise do discurso específico do DIP sobre a juventude, procurando estabelecer os principais traços que definiam o estereótipo da "nacionalidade".

304

"A VOZ DO DONO" - TRIBUNA DA IMPRENSA

Luis Vitor T. de Azevedo - UFOP

O diário carioca Tribuna da Imprensa de propriedade de Carlos Lacerda se caracterizou pelo seu posicionamento ideológico atrelado ao ideário político da UDN; especificamente na conjuntura de 1953/56 a crise política refletiu um intenso debate entre forças e atores da vida política - Carlos Lacerda ao assumir o papel de denunciador da "corrupção" e da "subversão" atinge a posição hegemônica no interior da UDN/DF. Partindo da noção de ideologia como um nível de significação de todo discurso trans

mitido em situações sociais concretas, procuramos relacionar a história, a teoria da linguagem e a comunicação social, pretendendo viabilizar uma análise argumentativa do discurso que articule a significação do discurso emitido nos editoriais da Tribuna da Imprensa, com suas condições de produção e de recepção, numa tentativa de revisão dos estudos tradicionais sobre análise do discurso político que visam apenas a transparência dos enunciados emitidos.

306

JACOBINISMO E CAMADAS URBANAS

Suely Robles de Queiroz

O objetivo do trabalho é analisar a participação e motivação de um segmento social da população brasileira no movimento político radical que ocorreu nos primeiros anos republicanos, conhecido por jacobinismo. A área espacial focalizada é a Cidade do Rio de Janeiro, onde a ação jacobina assume maior intensidade, devido em parte à acentuada urbanização que ali se verifica. A periodização obedece às balisas cronológicas do movimento: 1893 - quando se intensificam os conflitos que caracterizam o governo Floriano e 1897, ano do frustrado atentado jacobino a Prudente de Moraes e do conseqüente esvaziamento do movimento conspiratório.

No tratamento do tema, que envolve questões teóricas referentes à conceituação de classes sociais e seu universo ideológico, pretende-se destacar: 1) O processo gerador do crescimento e diversificação da população urbana no período imediatamente posterior à proclamação da república. 2) As bases sociais do movimento jacobino. 3) A participação de segmentos médios no movimento, seus objetivos e reivindicações.

É possível concluir que: 1) A ação política jacobina, da qual participaram grupos sociais diversos com interesses também diversos não configurou uma luta de classes. 2) A motivação, que impulsionou os segmentos médios à radicalização foi o desejo de expansão das oportunidades econômico-políticas. 3) Uma das bandeiras utilizadas como cimento integrador dos grupos participantes foi o nacionalismo xenófobo. 4) Nesse nacionalismo, especialmente no anti-lusitanismo entrevisto em parte dos setores médios, pode-se distinguir o temor gerado pela concorrência que o estrangeiro poderia oferecer no mercado de trabalho.

364-B

ESCRAVISMO E COLONATO: UM ESTUDO DE CASO NA ECONOMIA RURAL ITÁLICA NO ALTO IMPÉRIO ROMANO

Carlos Roberto de Oliveira - ILHP/Assis

As Cartas de Plínio o Jovem (96-111 d.C.) representam importante fonte para o estudo da economia rural itálica na época de Trajano (98-117 d.C.). A filtragem da documentação epistolar permite captar o comportamento do proprietário rural diante de seus domínios face aos problemas de organização da produção agrícola.

Plínio o Jovem possui propriedades rurais espalhadas pelos municipia de Novum Comum, na Transpadana, e de Tifernum Tiberinum, na região dos Tusci. A sua principal atividade de exploração é a viticultura, que subordina as demais culturas (especialmente o trigo). Plínio se apresenta como um proprietário absenteísta, absorvido que é pelas suas atividades urbanas. A questão que se impõe na análise da documentação é a forma que o proprietário

emprega na produção. O trabalho escravo e o trabalho li
vre aparecem como recursos utilizados na pequena e média
exploração no seio da grande propriedade. Questões decor
rentes podem ser levantadas, já que as Cartas informam
sobre as condições da economia rural no plano municipal
itálico, em que despontam a prática das manumissões, a
adoção da munificência dominial e os problemas da mercan
tilização dos produtos agrícolas.

PESQUISAS EM ANDAMENTO

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
22/7	14:00h	286/165/163/290/197/137/364-A/185
23/7	14:00h	130/192/191/204/134/207/246
25/7	14:00h	148-A/132/135-B/127
25/7	14:00h	104-B/199/123/195/182/303/425
26/7	14:00h	121/138/126/115/219

A APROPRIAÇÃO MÉDICA DA INFÂNCIA NO BRASIL

Luzia Margareth Rago - UNICAMP

No processo de constituição da família nuclear moderna, a redefinição do estatuto da criança desempenhou um papel fundamental. As décadas iniciais do século no Brasil assistem à ascensão da figura do "reizinho da família", cercado pelas lentes dos médicos, pedagogos, pediatras, educadores em geral, deslumbrados diante do novo território: o objeto-infância.

Percebida como elemento de integração, de socialização e de fixação das famílias pobres, ao mesmo tempo que como nova força produtiva da nação, inúmeras instituições e saberes voltados para a condição da infância procuraram construir sua identidade e regular as relações pais-filhos. Nesse sentido, a colonização da infância pelo poder médico permite defender a higienização da cultura popular e a erradicação de práticas populares consideradas atrasadas, irracionais e primitivas.

Pelo lado do trabalho, os anarquistas apontaram para a possibilidade de formação do homem novo através de uma outra representação imaginária da infância, sobretudo a partir de novos princípios pedagógicos.

115

DESENVOLVIMENTO CONDICIONADO E DÍVIDA EXTERNA - Contribuição para o estudo da História Financeira da República - Período Vargas (1930-1945)

José Evaldo de Mello Doin - Bolsista da FAPESP

Pretendemos circunscrever nosso trabalho em torno do processo de formação da dívida pública externa. Sua

gênese e dinâmica enquanto instrumento de vinculação de nossa formação capitalista incompleta e retardária e os centros avançados exportadores de capital.

Consideramos que o atrelamento brasileiro ao sistema financeiro internacional, através do endividamento público, articula-se, de um lado, pelo "movimento" das massas de capitais dos centros dinâmicos, na internacionalização dos mercados e da força de trabalho, estabelecendo uma etapa bem definida no desenvolvimento capitalista (capitalismo financeiro e monopolista, "2.^a Revolução Industrial", imperialismo etc.), constituindo um processo, que sofre contradições e redirecionamento a partir da crise de 1929, de outro lado, pela moldagem de um tipo específico de desenvolvimento capitalista em regiões periféricas, como a brasileira.

121

O ESTUDO DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Paulo Gilberto Fagundes Vizentini - UFRGS

As Relações Internacionais despertam uma atenção crescente tanto do público como de alguns meios acadêmicos. Isto deve-se à interdependência mundial dos grandes problemas contemporâneos e do ingresso do Brasil no cenário internacional. Entretanto, as R. I., que são um fenômeno histórico, não têm recebido a devida atenção no âmbito mais amplo da Ciência Histórica.

As Relações Internacionais constituem uma área do conhecimento relativamente nova, em fase de estruturação, que pode ser abordada como uma extensão da História, numa perspectiva interdisciplinar. Por isso, é necessário aprofundar a pesquisa empírica e o debate teórico em torno de seus pressupostos. No Brasil, as Relações Interna

cionais são trabalhadas geralmente a partir de uma perspectiva a-histórica, sobretudo pela corrente funcionalista ou correntes jurídicas, que as associam mais à Ciência Política ou ao Direito. No campo específico da História, é necessário questionar a noção de "História Diplomática", que adota uma postura formalista, e procurar delimitar o objeto da História das Relações Internacionais, bem como definir seus pressupostos teórico-metodológicos. O materialismo histórico tem, neste sentido, uma grande contribuição a dar ao estudo das Relações Internacionais, dentro de uma perspectiva histórica.

123

MORTALIDADE POR CAUSA DE MORTE EM MARINGÁ

Hilda Pívaro Stadniky - UEM/Maringá

Estudo sobre a mortalidade por causas de morte em Maringá, a partir da formação de séries históricas de óbitos, através de atestados de óbitos provenientes de Registro Civil. A pesquisa centra-se em Maringá, que se destaca entre os novos centros urbanos emergentes do processo agrícola cafeeiro. Esta área interessa sobretudo pelo imenso estoque populacional que ali se formou, resultante de intensa imigração não só nacional como estrangeira. A partir da formação de séries históricas de óbitos abrangendo o período de 1949 a 1980, considerando-se as variáveis passíveis de serem verificadas através de atestados de óbitos, pretende-se estudar os padrões locais de causas de morte e as tendências da mortalidade em Maringá, correlacionados com as condições sócio-econômicas da região. Face às dificuldades impostas pelas especificidades das fontes, por se tratar de população aberta - quando a maioria das técnicas de mensuração foram elaboradas, em ge

al, para trabalhar com populações fechadas, propõe-se estudar a mortalidade proporcional da população, processo que parece o mais indicado, além da formulação de séries históricas de mortalidade para observação de tendências. Serão utilizados o método histórico e o método de análise demográfica. A coleta de dados far-se-á através do preenchimento de fichas contendo as variáveis arroladas no projeto. Formar-se-ão com os dados, distribuídos em variáveis, séries históricas de mortalidade por causas de morte segundo a idade, sexo, cor, profissão e naturalidade dos indivíduos em observação.

126

OS INVESTIMENTOS FRANCESES NO BRASIL (1850-1930)

Flávio Azevedo Marques de Saes - FEA/USP

A questão do capital estrangeiro tem sido objeto de diferentes posturas na historiografia e nas obras de cientistas sociais, em geral. Ao lado de muitos textos que se preocupam com a avaliação - positiva ou negativa - dos efeitos do capital estrangeiro, há alguns trabalhos que procuram evidenciar de que modo o capital estrangeiro atua no sentido de determinar as características do desenvolvimento brasileiro, tais como formas de integração ao mercado mundial, ligações financeiras e seus efeitos, bloqueio (ou não) da divisão interna do trabalho etc. Nesta pesquisa procuramos nos aproximar da segunda perspectiva com base no estudo específico do capital francês no Brasil, sem perder de vista tanto sua posição secundária quanto as profundas relações estabelecidas, entre capitais nacionais, ao nível do capital financeiro internacional. O estágio atual da pesquisa sugere, como hipótese central, que os efeitos do investimento francês no Brasil se fize

ram sentir por suas implicações financeiras com repercussões no plano da divisão social do trabalho no Brasil.

127

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO CAFEIEIRO NO NORTE DO PARANÁ (ATÉ 1929)

Inês Benedetti e Ronaldo Boerngen

Na introdução, os autores apresentam a formação econômica do Brasil, com destaque para o café. Apresenta, também, a constituição geo-histórica do Paraná, em particular a da região norte. Ao tratar das sociedades urbanas, relaciona o trabalho humano e o espaço produzido.

Conclui dentro da expansão capitalista, apresentando novos enfoques para a dicotomia paranaense entre o norte e o sul.

130

CAUDILHISMO E CORONELISMO NO RS: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE CRUZ ALTA E PALMEIRA DAS MISSÕES

Loiva Otero Félix - Depto. de História. IFCH/UFRGS

A pesquisa pretende ser uma introdução ao estudo mais amplo do caudilhismo e do coronelismo no RS, vindo a se constituir em tese de doutoramento a ser apresentada na USP. Esta análise do coronelismo objetiva: 1) preencher uma lacuna na historiografia gaúcha, surgida em função da própria ideologia autoritária do caudilhismo-borgismo; 2) mostrar as especificidades do processo histórico no RS que levaram ao desenvolvimento de características bastante diferenciadoras responsáveis pelo coronelismo de "modelo borgista"; 3) comprovar a hipótese central

da existência do coronelismo no RS como um fator de legitimação do sistema político autoritário.

Os marcos referenciais serão: no espaço, a região serrana representada pelos municípios acima citados, âmbito da atuação dos coronéis Victor Dumoncel e Vazulmiro Dutra, e, no tempo, o período de 1923-1937. A pesquisa desenvolveu-se utilizando grande número de fontes primárias, além dos recursos da história oral. Os acervos foram consultados no IHG/RS, UFRGS, CPDOC/FGV/RJ e coleções particulares.

O trabalho encontra-se em fase de análise final dos dados e redação.

132

PROJETO: GEO-HISTÓRIA DOS CONTATOS DE FRONTEIRA DA BACIA PLATINA

LINHA DE PESQUISA: MIGRAÇÕES FRONTEIRIÇAS E FRENTES DE POVOAMENTO (NOS LIMITES DA ANTIGA TERRITORIALIDADE MISSIONEIRA)

Jane Elizabeth Prates Aita - UFRGS

Estudo dos contatos entre os países da bacia platina, a partir da análise do espaço platino em suas porções espacialmente marginais - o contexto dos contatos inter-fronteiriços - e do enfoque de uma história agrária.

Propõe-se abranger um aspecto determinado do processo de ocupação/incorporação deste espaço: o movimento migratório da propriedade de tipo colonial a partir do Rio Grande do Sul, entendido como foco de irradiação, e o papel do Estado, como elemento deste processo.

Com a ocupação da "zona missioneira" gaúcha, desde o final do Século XIX, a propriedade de tipo colonial se reproduz, ocupando os espaços vazios deixados pela gran

de propriedade, penetrando no Oeste de Santa Catarina e Nordeste da Argentina e chegando, no Século XX, ao Oeste/Sudoeste do Paraná, onde o fluxo migratório é represso do escoando-se, a partir da década de 1960, em duas frentes: Centro-Oeste do Brasil e o Paraguai.

134

OS SENHORES DAS GERAIS: OS NOVOS INCONFIDENTES E O GOLPE MILITAR DE 1964

Heloisa Maria Murgel Starling - FAFICH/UFMG

A preocupação central deste trabalho reside na discussão de como uma classe dominante, em um determinado momento histórico, se organiza estratégica e taticamente para desenvolver sua ação política, de modo a assegurar a concretização de seus objetivos. Neste sentido, procurou-se avaliar a conspiração político-militar em Minas Gerais articulada em conexão direta com o eixo Rio/São Paulo, com vistas ao desencadeamento de um golpe político-estratégico dirigido ao centro de equilíbrio do regime nacional-populista. Para tanto, as classes dominantes, sob a égide do setor multinacional-associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em diversas frentes, atuando tanto a nível do Estado quanto da sociedade civil, com vistas à ocupação do Estado para daí procederem ao projeto de reordenação capitalista, ambicionado pelo setor multinacional-associado. Em Minas Gerais, a condução desse processo - que em momento algum se configurou marginal ao eixo Rio/São Paulo - ficou por conta do IPES-Minas Gerais, o "centro estratégico e ideológico do poder empresarial" no estado, articulado aos "Novos Inconfidentes", um organismo operacional de ação política,

que desempenhou funções táticas de intervenção política no marco de uma estratégia encabeçada pelo IPES-MG.

135-B

PROJETO: GEO-HISTÓRIA DOS CONTATOS DE FRONTEIRA DA BACIA PLATINA

LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O URUGUAI E O RIO GRANDE DO SUL

Suzana Bleil de Souza - UFRGS

As vinculações econômicas entre o Uruguai e RS, se revestiram da forma de comércio legal e ilegal e ambos tinham no porto de Montevideu seu centro mais importante. O alto comércio montevidéano exercia importante papel de intermediário e abastecedor de um espaço econômico que transcendia suas fronteiras políticas de estado nacional. Numa primeira etapa, o período escolhido foi o do desenvolvimento da economia de exportação, do final do Século XIX até a crise dos anos 20, quando o Uruguai deixara já de ser o abastecedor e escoadouro do Paraguai, litoral argentino e RS: é a fase de desarticulação do comércio de trânsito da Bacia Platina, quando o RS, último tributário deste comércio, volta-se para dentro das fronteiras nacionais.

137

OPERÁRIOS ALEMÃES NO RIO GRANDE DO SUL (1920-1935)

René E. Gertz - PUC/RS

Já existem diversos trabalhos sobre a história do movimento operário no Rio Grande do Sul. No entanto, um aspecto ainda não foi devidamente explorado: trata-se

da presença de operários estrangeiros nas primeiras organizações operárias do Século XIX e de sua influência até os anos 30 deste século. Destacam-se entre eles italianos e alemães. A presente pesquisa centra-se na presença dos alemães, que até os anos 30 sempre mantiveram associações a nível étnico, paralelas às organizações operárias que procuravam congregar todo o operariado gaúcho. As fontes sobre o tema são escassas, mas de 1920 a 1930 editou-se em Porto Alegre o jornal Der freie Arbeiter e nos anos 30 sucessivamente Aktion, Alarm e Das deutsche Buch. Com base nestas fontes se pretende caracterizar a postura doutrinária, as relações com o empresariado e com o governo estadual, a atividade assistencial, cultural e recreativa e finalmente a reação à presença nazista.

138

MODERNIDADE E MODERNISMO: O SISTEMA DA PINTURA NO RGS
Maria Lúcia Bastos Kern - PUC/RS

Objetivo inicial desta pesquisa é analisar as especificidades que a modernidade e o modernismo assumem no RGS, considerando a defasagem de ocorrência destes fenômenos em relação ao centro do país e a Europa, bem como a situação de dupla subordinação - ao eixo S. Paulo/Rio de Janeiro e aos países hegemônicos.

Após, visa-se estudar o sistema de arte no RGS, as transformações sofridas e as peculiaridades que a pintura modernista apresenta como produção simbólica e formal. Os resultados desta pesquisa revelam: 1) a modernidade e o modernismo são introduzidos em alguns setores e regiões, convivendo com outros ainda "tradicionais"; 2) o modernismo é contraditório, pois é uma mistura de propostas formais e ideológicas das vanguardas históricas com

movimentos de oposição, que se caracterizam pela volta à tradição artística (após 1.^a Guerra Mundial, na Europa); o modernismo nega a tradição, mas utiliza-a; 3) os modernistas procuram dar à arte importada uma identidade nacional, fazendo uso da arte primitiva (como os europeus) indígena ou da cultura popular, como se esta se mantivesse pura e sem influências; 4) no RGS, o modernismo se propaga no momento em que surgem, em S.P. e R.J., os museus de arte moderna, bienais e se difunde o abstracionismo; 5) o modernismo peculiariza-se pela contradição de propostas e pela "queima de etapas", visto que apresenta, ao mesmo tempo, quase todas as etapas pelas quais passou a arte européia moderna e a arte do eixo S.P./R.J.; 6) o modernismo no RGS, reivindica a pesquisa do nacional e do regional na arte, no mesmo momento em que se internacionaliza com a abstração, a qual penetra através das bienais e dos novos museus; 7) este modernismo tardio e defazado, caracteriza-se também pelo esvaziamento dos projetos ideológicos criados pelos movimentos artísticos dos grandes centros culturais.

148-A

PESQUISA HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA DA MISSÃO JESUÍTICA DE SÃO LOURENÇO (MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA, RS)

Prof. Arno Alvarez Kern - UFRGS, PUC/RS, Pesquisador do CNPq.

A Coordenação Geral desta pesquisa é da Fundação Pró-Memória/SPIHAN (10.^a DR); a Coordenação Científica das pesquisas histórica e arqueológica é dos Profs. Arno Alvarez Kern e Pedro Mentz Ribeiro.

O presente projeto, em fase de implantação, tem como objetivo a utilização da documentação escrita histó

rica e da documentação material evidenciada por escavações arqueológicas, visando a reconstituição do passado histórico da Missão Jesuítico-Guarani, bem como o estudo da organização do espaço (arquitetônico, econômico, etc) e dos processos de aculturação ocorridos na região missioneira, quando dos contatos entre a sociedade ibérica e as sociedades indígenas, especialmente os Guaranis.

A série de estudos propostos restituirão à sociedade nacional e à missioneira a memória histórica de um importante momento do processo de formação das fronteiras platinas (no Sec. XVIII), a partir de um estudo de caso ainda inédito. As ruínas de São Lourenço se transformarão em um verdadeiro museu ao ar livre, dotado de novos bens culturais materiais e, igualmente, de uma nova produção histórica, tendo em vista a possibilidade de obtenção de documentos arqueológicos, principalmente de ordem tecno-econômica.

Instituição financiadora: Fund. Pró-Memória/SPHAN (10^a DR).

163

PROJETO UNIVERSIDADE/COMUNIDADE: UM ESTUDO DA FÁBRICA ALIANÇA

Profs. Francisca L. N. de Azevedo e Lincoln de A. Penna - USU

Este projeto vem sendo realizado em conjunto com a Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras (AMAL), no intuito de resgatar a história do Bairro de Laranjeiras. Para este fim, foi definido como ponto referencial a Fábrica de Tecidos e Tinturaria Aliança. Estudaremos o período que vai de 1880 - época de fundação da Fábrica - até 1940 quando foi fechada, dando lugar a construções pa

ra habitações de classe média. A pesquisa se justifica não só por ser a Fábrica Aliança uma das maiores indústrias textéis do país, mas também pela importância que esta unidade fabril assumiu em relação ao Bairro, e a história da indústria e do trabalho no Rio de Janeiro. Para melhor a bordagem metodológica, dividimos o período em 3 fases: 1880/1914, 1914/1930; 1930/1940. A partir de então, optou-se por uma visão estrutural, considerando, as sucessivas conjunturas relacionadas ao tempo histórico, articuladas tanto sincrônica como diacrônicamente. O Bairro de Laranjeiras como lugar social estará, sempre que possível, em conexão com a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, assim como esta fração da Federação, por sua vez, se vinculará aos momentos históricos institucionais da época em questão. O Projeto embora situado nos marcos da História Regional, abrigará elementos passíveis de serem enquadrados no que se considera por História das Mentalidades, pois em última análise o que se pretende, é identificar o ser social que se produziu, no tempo e no espaço, em torno da Fábrica Aliança. O material até agora pesquisado nos permitiu terminar o primeiro período do Projeto (1880-1914), no momento em fase de redação final. De acordo com nosso cronograma, iniciaremos a segunda etapa a partir de agosto.

165

TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE EM MINAS GERAIS - 1870
A 1920

Ana Lúcia Duarte Lanna - Depto. de História. UNICAMP

Este trabalho pretende analisar as diversas formas de organização do mercado de trabalho livre na Zona da Mata mineira e tem como um de seus marcos de referên...

cia a perspectiva teórica da transição capitalista no Brasil. Através de análise em vários tipos de documentos, tais como, Relatórios de Presidente de Província e Secretarias de Estado, Jornais, Revistas, Cronistas e Viajantes foi possível caracterizar três formas de organização da população existente num mercado de trabalho livre: parceria, migrações sazonais e núcleos coloniais oficiais. Os primeiros são a mão-de-obra fixa nas fazendas garantindo a realização mínima da produção; os segundos, assalariados, são requisitados nos momentos de pico do processo produtivo retornando depois às suas residências, em geral no Norte do Estado. Por fim, os trabalhadores dos núcleos de colonização, estrangeiros e nacionais, produzem gêneros alimentares para a comercialização em mercados locais e eventualmente se empregam como assalariados temporários nas fazendas de café. Este tipo de organização do mercado de trabalho é um dos elementos que explicará as formas da transição capitalista em Minas Gerais assim como a inserção deste Estado no cenário político e econômico nacional. (FAPESP)

182

A MADRINHA AUSENTE: SEGREGAÇÃO FEMININA NO RIO DE JANEIRO (1750-1800)

Renato Pinto Venancio

A recente historiografia sobre a condição feminina no Rio de Janeiro e em São Paulo do Século XIX tem criticado o "mito" da submissão da mulher na sociedade brasileira. A presente comunicação visa matizar esta nova concepção procurando demonstrar o convívio de dois padrões de comportamento feminino; o de segregação e participação, no Rio de Janeiro do Século XVIII. Utilizamos para

isto dados da história social do Rio de Janeiro, assim como os dados existentes nos livros paroquiais, em particular os referentes à participação da mulher na cerimônia do batizado.

183

CONDIÇÕES DE VIDA DO OPERARIADO NO RIO DE JANEIRO, AS FLUTUAÇÕES CÍCLICAS DA ECONOMIA E O MOVIMENTO OPERÁRIO
Eulalia Maria Lahmeyer Lobo e Eduardo Stotz - FINEP

O trabalho compreende uma revisão bibliográfica salientando que as condições de vida dos operários não foram estudadas do ponto de vista histórico para o Rio de Janeiro no período de 1880 a 1930. Define o conceito de condições de vida de forma ampla, discute as várias interpretações dos ciclos econômicos, analisando-os no Rio de Janeiro. A pesquisa leva em conta nas condições de vida a alimentação, o salário, a habitação e o transporte. Na análise das flutuações econômicas são consideradas os índices de valor de produção, consumo de bens de equipamento, tarifas, câmbio. Procura correlacionar as flutuações econômicas com a evolução das greves e manifestações operárias entendidas em senso amplo, verificando que no período de 1880 a 1914, o ápice das greves coincide com o ponto máximo da depressão, enquanto que de 1914 a 1930 coincide com o momento de início de recuperação da economia. Tal característica parece estar relacionada com o tipo de organização operária nos dois períodos. O levantamento das manifestações operárias revela que o movimento operário foi mais intenso do que até agora se supunha no Rio de Janeiro. Demonstra também o grande peso das reivindicações salarial e de redução da jornada de trabalho. Tal averiguação tende a relativizar a importância das correntes ideológicas na interpretação do movimento operário.

Maria de Lourdes Monaco Janotti, coordenadora
Pesquisadores alunos de H. Brasil Independente II, Diur
no, 1983 - FFLCH/USP

A intenção do trabalho é valorizar a memória popular como fonte histórica e reconhecer o indivíduo anônimo como personagem digno de ter sua opinião acatada. Foram entrevistados profissionais de várias áreas através de um questionário que permitia a livre expressão do ato de lembrar. Não houve intenção de selecionar um número grande de depoimentos (33), mas de testar as possibilidades de análise qualitativa no que se refere à fonte oral. A faixa etária dos entrevistados situa-se entre 60 a 80 anos o que permite analisar histórias de vida e considerar o julgamento das pessoas sobre um longo período da história nacional. Sob o ponto de vista teórico optou-se pelas posições de Halbwach - quanto ao caráter coletivo e social da memória -, e pelas diretrizes de Ecléa Bosi - quanto ao tratamento da memória de velhos na sociedade capitalista. Privilegiou-se os campos da memória política e do trabalho. Observando-se também que estes campos só adquiriam maior significado ao se espelharem nas histórias de vida. Quanto aos resultados parciais de análise dos depoimentos, pode-se destacar como traços persistentes: 1º) A visão nítida de que o Estado Novo é parte de um processo balizado entre 1930 e 1954; 2º) Esse período é dominado pela figura contraditória de Getúlio Vargas, sobre a qual prevalecem juízos favoráveis; 3º) A ditadura e a repressão getulista são minimizadas diante do período que se segue à Revolução 64; 4º) Os benefícios nas leis trabalhistas e os sindicatos são identificados como importantes concessões do governo, apesar do reconhe

cimento do controle do capital sobre o trabalho; 5º) O presente é sombrio; 6º) Perplexidade ante a aliança de Getúlio com Prestes; 7º) O período se encerra com o "assassinato" de Getúlio. A pesquisa abrangerá temas como: memória e ideologia; reconstrução da memória.

192

A REBELIÃO DE 1924, EM MANAUS

Eloína Monteiro - FUA/AM

A preocupação temática da rebelião de 1924 em Manaus incide nas relações militares e civis que marcam o conflito.

A rebelião desses tenentes pode ser entendida como uma proposta de moralização político-administrativa, e a sua compreensão global relaciona-se tanto à liderança dos militares, como ao apoio dos grupos civis que a ela aderiram.

Nota-se uma contradição: de um lado os militares contestavam o poder civil estabelecido, considerado aviltado; por outro sua proposta de moralização política encontrava acolhida nos setores do funcionalismo público e nos ligados ao comércio local.

Assim, não é de estranhar que semelhante situação garantiu ao tenente Ribeiro Jr. a popularidade que marcou seu governo em Manaus, no período de 24/7 a 28/8 de 1924. Popularidade que se explica notando-se que os setores administrativos e comercial representavam índices expressivos da população da Capital e que as medidas de Ribeiro Júnior visaram atender basicamente os interesses de tais segmentos sociais que se consideravam injustiçados.

Todavia, militares rebeldes acenaram propostas anti-oligárquicas, acabando por envolver outros oligarcas,

ligados às facções Nery e Bittencourt.

Enfim, as críticas e atitudes de denúncia da engrenagem política-administrativa, que os militares assumiram, encontraram, no envolvimento com os civis que disputavam o poder, o limite de sua atuação que se fragiliizou e foi reprimida pelo Governo Federal, 34 dias depois da derrubada da administração anterior.

195

A MULHER NA SOCIEDADE RIO-GRANDENSE NA REPÚBLICA VELHA

Celi Regina Jardim Pinto - UFRGS

A história do Rio Grande do Sul foi marcada por um constante estado de guerra que afastou os homens de suas atividades cotidianas, abrindo espaços tradicionalmente vetados a elas em sociedades patriarcais entre as quais se insere a gaúcha.

A pesquisa em andamento, desenvolve-se a partir da hipótese acima, em duas direções:

(1) análise de descrições de viagens ao Rio Grande do Sul, diários, produção histórica, documentos ligados ao ensino, etc., com o objetivo de reconstruir a posição da mulher ao longo da História do Estado.

(2) realização de entrevistas em profundidade com mulheres acima de 70 anos que viveram na região pré-determinada para a pesquisa, com vista a reconstituir através de histórias de vida, o cotidiano da mulher no Rio Grande do Sul durante a República Velha.

197

A ESTRADA DE FERRO E A ECONOMIA PARANAENSE

Lando Rogério Kroetz - UFPR

A exploração da erva-mate esteve presente na economia paranaense, sobressaindo-se dentre as demais atividades no Século XIX. Ao lado da erva-mate, a madeira acompanhou em escala mais modesta o setor exportador.

Visando facilitar as exportações paranaenses, surgiu o transporte ferroviário. O projeto de construção original, em 1871, da Estrada de Ferro do Paraná configurou um empreendimento vultuoso. Como justificativa apresentada pelos poderes constituídos, a nível provincial, a via férrea passou a ser denominada de estrada econômica.

199

TRABALHO E IDADE: UMA HISTÓRIA DA VELHICE NO BRASIL

Cristina Hebling Campos - Depto. de História. UNICAMP

O meu trabalho busca uma história da implantação no Brasil, do Século XIX e XX, da questão da velhice. Mais precisamente, busco levantar as figuras que os discursos sobre o trabalho, a moral, a família, a nação, a profilia social, a ciência, etc. elaboraram para os velhos. E, além disto, procuro entender como foi vivida e é sentida a senilidade pela sociedade e pelo indivíduo. Esta comunicação tem como mira o confronto de dois modelos, duas imagens criadas e colocadas por vários atores sociais: a senilidade como o momento de superação dos limites carnis, que pode ter um conteúdo religioso ou não, e a concepção do corpo idoso encarado como um empecilho - um ir realizável. Duas possibilidades de ver o mundo e o seu movimento estão implícitas: a concepção de um curso linear, progressivo, e outra que está ligada a uma representação circular do decorrer dos acontecimentos - o eterno retorno.

A REPÚBLICA DE 1950 A 1956: MEMÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA -
UM TEMPO DE TRÊS REPÚBLICAS

Eduardo N. Stotz, José Luis F. Werneck da Silva e Maria Helena C. A. Cardoso - Centro de Estudos de História da República, Divisão de Documentação e Pesquisa do Museu da República

Procura-se discutir a pertinência da categoria populismo, de uso já consagrado na literatura sobre o regime político configurado no período de 1945 a 1964 (Wefort, O populismo na política brasileira, 1978) em termos de sua validade para a compreensão do caminho de desenvolvimento adotado pela sociedade brasileira entre 1950 e 1956 e para o estudo das concepções de república construídas, sobretudo, pelas forças de oposição ao governo Getúlio Vargas. Além da chamada "República populista" e da "República do Galeão", uma outra visão merece o nosso esforço de pesquisa e análise: trata-se da "República sindicalista", imputação acusatória ao governo Vargas. O desenvolvimento do trabalho de pesquisa está baseado, principalmente, em fontes primárias, hemerográficas e orais, estas últimas produzidas pelo Programa de História Oral do C.E.H.R. e, permitiu-nos constatar as vinculações entre a estrutura corporativista do sindicalismo e do Estado, herdada do Estado Novo e as políticas governamentais dos anos 1950-56, voltadas a integrar as classes trabalhadoras no esforço produtivo requerido pelo desenvolvimento do capitalismo no país. Os nossos estudos sugerem, em conclusões parciais, ainda sujeitas ao prosseguimento das investigações, a existência de traços fortemente corporativos na estrutura e na política do Estado no período em estudo, o que fundamenta a hipótese de ser a "República sindicalista" mais do que mero recurso propagandístico usa

do pela oposição a Vargas, atingindo as proporções de um projeto político que alcança níveis de concretização material na prática governamental, mormente, via Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto às classes trabalhadoras organizadas no plano sindical e político.

207

PROJETO: HISTÓRIA POLÍTICA DO PARANÁ

Marionilde Dias Brepohl (coord.) - IPARDES

O projeto intitulado "História Política do Paraná" está sendo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social com o apoio da Secretaria do Planejamento. Este estudo pretende abordar o desenvolvimento do processo político do Paraná de 1946 a 1984, privilegiando a análise da atuação institucional dos poderes executivo e legislativo e dos partidos políticos, bem como a ressonância de suas ações junto à população através da imprensa periódica e do comportamento eleitoral em todo o estado.

As fontes utilizadas são os Anais da Assembléia Legislativa, imprensa periódica, relatórios do poder executivo e material do Tribunal Regional Eleitoral.

O procedimento a ser adotado nesta pesquisa levará em conta as conjunturas determinantes da esfera nacional como norteadora deste processo, sem negligenciar contudo as especificidades do Estado, constituindo-se justamente este a preocupação central da investigação empírica.

219

O FINANCIAMENTO CULTURAL BURGUES E O CINEMA INDUSTRIAL PAULISTA NOS ANOS 50

No pós-guerra observa-se em São Paulo um considerável investimento em cultura por parte da burguesia, chegando a provocar a seguinte afirmação do crítico Mário Pedrosa: "Se em São Paulo, em surto de crescimento demográfico e industrial, as coisas se fazem através de particulares, no Rio (...) as grandes iniciativas vêm do Estado, do governo...". Já no final dos anos 40, praticamente toda a produção cultural e artística financiada pela burguesia paulista era baseada em instituições, uma vez que ela não se limitava a sustentar artistas que produziam para seu consumo exclusivo, mas também cria museus, escolas, teatros, ou seja, todo um equipamento para a difusão da cultura. Nesse sentido, não é de se estranhar que a área cinematográfica paulista recebesse, igualmente, vultosos capitais de Franco Zampari (Cinematográfica Vera Cruz), da família Audrá (Cinematográfica Maristela) e de Anthony Assunção (Multifilmes), apenas para citarmos os casos mais significativos.

Analisar o porquê desse investimento burguês na produção de filmes, a maneira como essa indústria cinematográfica foi concebida e as razões que inviabilizaram tal empreendimento, são os objetivos do presente trabalho.

246

LEVANTAMENTO SOBRE A IMPRENSA OPERÁRIA EM SERGIPE

Maria das Graças de Meneses Moura - UFSE

O levantamento sobre a imprensa operária em Sergipe foi realizado como pesquisa auxiliar ao Projeto de História Oral, do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), órgão do Departamento de Filosofia e His

tória da Universidade Federal de Sergipe, objetivando o fornecimento de dados para entrevistas com as lideranças operárias que atuaram no Estado. Realizada a pesquisa, percebeu-se que ela fornecia um perfil da imprensa operária sergipana e que se passava a conhecer a situação em que se encontram, nos principais acervos do Estado, as coleções de jornais de operários. O trabalho faz uma apresentação sumária do material encontrado, suas condições físicas, características gerais das coleções e alguns aspectos da história e das idéias dos jornais. Dados que configuram as características exteriores dos periódicos, encontram-se organizados em tabelas, enquanto na parte final do trabalho apresenta-se um extrato das matérias constantes em cada número de jornal localizado.

286

OS ENGENHOS CENTRAIS NO BRASIL - 1875/1909: ECONOMIA E LEGISLAÇÃO

Gabriel A. M. Bittencourt - DH/CEG/UFES

Nosso estudo tem por objetivo analisar o papel dos Engenhos Centrais no processo histórico nacional. Estimulados pelo Governo, oficialmente em 1875, a criação dessas unidades produtivas de açúcar gerou farta documentação, sobretudo legislativa, parcamente utilizada pelos historiadores da industrialização brasileira. Nosso objetivo, portanto, é o de oferecer uma abordagem ao esforço de modernização do setor açucareiro, a partir de 1875, com a criação do "Programa dos Engenhos Centrais", e, em uma temática para além dos limites setoriais, por suas imbricações no processo histórico como um todo. Para tal, fundamentamos a tese nos Relatórios ministeriais, Relatórios de Engenheiros Fiscais, Relatórios de Presidentes

de Províncias e de Estados e, coleções de leis. Destarte, o método empregado é a pesquisa ampla e profunda das fontes primárias e sua articulação às hipóteses formuladas no sentido de testá-las e embasá-las empiricamente, sem desprezar, todavia, as interpretações anteriores da historiografia do açúcar. Devemos esclarecer que as referidas hipóteses foram identificadas a partir da compreensão prévia dos problemas infra-estruturais da economia, pela importância determinante que lhe atribuímos no processo histórico. PICD/UFES/CAPES-CNPq.

290

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO E A PROPRIEDADE DA TERRA EM CURITIBA-PARANÁ, 1850-1900: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Odah Regina Guimarães Costa - UFPR

O objetivo principal do projeto de pesquisa é de tectar, no processo histórico de Curitiba-Paraná, no período de 1850-1900, dentro de uma análise quantitativa, o uso e a propriedade da terra, como um dos sustentáculos da organização social. Para a reconstituição desse quadro foi tomada, como universo espacial, a região de Curitiba, na época, bastante extensa. O referencial metodológico é representado pelo método histórico, com as técnicas da crítica, da heurística e da hermenêutica, juntamente com técnicas qualitativas e quantitativas, utilizando-se a técnica da amostragem, em fichas especiais para computação eletrônica, de documentação do 1º Tabelionato de Notas de Curitiba. As fontes disponíveis dão boas perspectivas de estudos mais aprofundados, verificando-se tendência crescente de legitimação da propriedade, através da compra e dos registros oficiais, havendo acentuada utilização da mão-de-obra para atividades ligadas à agricultura

de subsistência e à exploração da erva-mate e, em menor escala, da madeira, além de uma maior repartição da propriedade, contribuindo para isso os nacionais, que in vestem juntamente com os imigrantes na aquisição de novas terras.

303

AS ILUMINADAS OU NOVAS AMAZONAS - FEMINISMO OU A MULHER NA MAÇONARIA

Ophir Martins Duarte - UFPA

Apresentação:

1 - Feminismo - Conceito e objetivos. O movimento feminista. O feminismo no Brasil: ontem e hoje.

2 - Maçonaria feminina - Origem. Onde e como nasceu. As primeiras iniciadas. Organização e funcionamento. Lojas e obediências.

3 - Considerações finais - Objetivo das três entidades, frente a frente. Semelhanças e diferenças.

Bibliografia.

364-A

O COLONATO E AS FORMAS DE DEPENDÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO BAIXO IMPÉRIO ROMANO

Carlos Roberto de Oliveira - ILHPAS/UNESP/Assis

O estudo do trabalho rural no Baixo Império Romano pode representar uma contribuição para melhor compreender a chamada "crise" do Império. O estudo das relações sociais do trabalho no campo, na península itálica, insere-se na visão global da estrutura de produção no final da Antiguidade. Nessa estrutura destaca-se o papel dos

trabalhadores livres na hierarquia do trabalho após o II Século d.C. A crescente diminuição na oferta de escravos, simultaneamente à expansão da economia dominial, compõe a busca de alternativa da mão-de-obra escrava pelos proprietários rurais. O colonus, embora parte integrante do quadro rural itálico desde a época de Catão, aparece como a alternativa histórica, haja vista a experiência conhecida nos domínios imperiais do Sul da Itália e do Norte da África, experiência que se reproduz entre os proprietários, principalmente os grandes proprietários, que dentro e fora da Itália, adotam o sistema do colonato como forma de exploração econômica da terra.

A adoção do colonato não elimina o trabalho escravo. Ela pode ser compreendida na própria desorganização gradativa da estrutura escravista de produção, gerada que é no seu interior, porquanto representa a substituição real dos agentes da produção tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista social, o que representa uma contribuição ao estudo da passagem do escravismo ao ser vilhismo.

425

POLÍTICA E PODER NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA REPÚBLICA VELHA

Marieta de Moraes Ferreira - CPDOC/FGV

O objetivo deste trabalho é estudar a dinâmica das transformações ocorridas no Estado do Rio no período compreendido entre 1889 e 1930, tendo como principal eixo de análise os processos relativos à luta pelo poder no estado, e suas articulações com a política nacional.

Partindo desses objetivos gerais, nos propomos a investigar a ação das frações da classe dominante na luta

pelo controle do ou participação no poder, suas propostas políticas e econômicas para a reorganização do estado na nova conjuntura republicana, e o conteúdo das relações desses grupos com as demais unidades da federação e com o poder central, com vistas a detectar a capacidade de manobra dos mesmos na defesa de seus interesses.

Este trabalho está sendo elaborado a partir de um exaustivo levantamento de fontes primárias, incluindo jornais, arquivos privados, Relatórios de Presidentes do Estado, Anais da Assembléia Legislativa e de Câmara Federal.

Apoio FINEP.

METODOLOGIA E TÉCNICA DE ENSINO E PESQUISA HISTÓRICA

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
22/7	14:00h	156-A/156-B/200/106/212

A COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ - UMA PROPOSTA DE EXTEN
SÃO CONCRETIZADA

Ivani Aparecida Rogatti Omura - UEM/PR

Objetivos:

Geral: organização e execução de um Curso de Extensão pa
ra alunos do 2º grau, como atividade fim do Estágio Super
visionado em Prática de Ensino de História, Estudos So
ciais e OSPB II.

Específicos: Oportunizar aos alunos da disciplina:

- . a seleção de leituras, organização de conteúdos e a ela
boração de textos didáticos;
- . a testagem dos instrumentos produzidos através de téc
nicas diferenciadas;
- . a avaliação do referencial teórico e da metodologia em
pregada.

Sumário:

- . educação e instrução - algumas questões
- . o livro didático - algumas ressalvas
- . o professor e o educador - algumas saídas
- . discussão e definição do tratamento metodológico e da
operacionalidade
- . exetução do curso de extensão sobre: A Colonização do
Norte do Paraná
- . os prós e os contras - revisão crítica.

156-A

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM QUATRO PAÍSES: BRASIL, ISRAEL, ES
TADOS UNIDOS E ALEMANHA OCIDENTAL

Nancy Antunes Tsupal - UNESP-CM

O tema aborda a educação pré-escolar em quatro

países, focalizando aspectos históricos, legislativos, e aplicação de projetos e programas destinados à criança carente, cujo problema agravou-se com as transformações sócio-econômicas resultantes do final do Século XIX e das Grandes Guerras. Evidenciou-se nesta época o movimento das Escolas Novas e das idéias froebelianas dos jardins de infância que resultaram em programas de atendimento à maternidade e infância.

O Brasil recebeu reflexos das experiências européias e americanas dos "jardins" e das iniciativas particulares de educadores nas décadas de 30 e 40. A partir de 1975 o MEC iniciou uma nova fase de atendimento ao pré-escolar carente da área de periferia.

Em Israel os programas iniciados a partir de 1948 (Independência) visam especialmente as crianças das Aliyas (Ondas Imigratórias) oriundas dos países mulçumanos afro-asiáticos e são atendidas pelo Governo e por organizações judias mundiais.

Nos Estados Unidos os estudos surgiram a partir de 1883 e as instituições particulares e governamentais promovem projetos e programas de atendimento através de associações de pais e mestres, agências educacionais e "jardins". A população é originária de lugares e condições adversas.

Na Alemanha Ocidental os programas governamentais atendem sobretudo aos filhos de mãe alemã e pai estrangeiro operário da construção civil.

A autora sugere a intensificação dos programas institucionais isolados existentes no Brasil, bem como o incentivo a programas de atendimento integrado ao pré-escolar.

* Publicação Avulsa nº 71 - 1985. UNESP-CM.

156-B

INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, UMA NECESSIDADE

O tema traz a idéia da necessidade do trabalho entre a universidade e a educação pré-escolar num esforço interativo, tomando-se em consideração a problemática da criança carente e a aplicação das funções primordiais da universidade - o ensino, a extensão e a pesquisa.

A interação pelo ensino poderia ser executada através de processos de capacitação em cursos de nível de 1º, 2º e 3º graus, destinada a clientela de pais, educadores, profissionais liberais, pessoal auxiliar, voluntariado, etc., tendo por base a faculdade de educação e instituições.

A interação pela extensão dar-se-ia pela participação da universidade em programas de atendimento à criança carente pré-escolar e/ou pela criação de um centro de estudos.

Na interação pela pesquisa sugere-se a manutenção de programas sistemáticos de pesquisas, em andamento e por iniciar, desenvolvidos no centro de estudos.

Para a efetivação desse trabalho conjunto deve-se considerar uma política nacional de educação e suas relações com os planos setoriais, bem como a utilização de estratégias de ação preventiva, corretiva e maximizadora.

Ainda que não se constitua em uma idéia nova, a autora sugere que a interação seja desenvolvida tendo por base um planejamento de ação integradora das instituições em programas específicos (maternidade e infância, alimentação e nutrição, saúde e habitação, etc.).

Chegados ao Brasil em 1915 e em Marília no ano de 1926, em 1934 os japoneses figuravam em primeiro lugar entre os proprietários agrícolas do Município de Marília perfazendo o total de 1.398 proprietários enquanto os brasileiros em segundo lugar com 925.

Onde quer que se estabeleça o núcleo nipônico, em zona rural ou urbana, fundam-se escolas japonesas. "O Edito Imperial sobre a Educação", vindo do Japão, estatuiu que o ensino além de uma educação geral também devia inculcar o "espírito japonês" através do ensino da língua japonesa e de educação moral e cívica ministrada por livros didáticos vindos direto do Japão. Antes da 2.^a Guerra essas escolas funcionavam abertamente, com curso de 6 anos e, com o tempo tornaram-se centro de convergência de todas as atividades religiosas e culturais da comunidade. Na década de trinta é impressionante a multiplicação das escolas japonesas no Município de Marília. No ano de 1938, mês de fevereiro é registrado: de 59 escolas particulares e municipais, 47 são japonesas. Nesse mesmo período aumentam as restrições aos meios de educação japonesa, elevando-se em 1939 o limite de idade ao ensino da língua estrangeira para 14 anos. Cada vez mais, o Governo do Estado de São Paulo e as autoridades educacionais paulistas procurarão implementar em leis idéias de caráter nacionalista. Passam então os nipônicos a uma aceitação do regime escolar brasileiro e a adoção, na prática, de um ensino bilingüe.

212

PROJETO MEMÓRIA

Ieda Giselda C. Souto e Carlos Bergamaschi - UnB

Com este trabalho pretendemos relatar a experiên

cia desenvolvida através do Projeto "Memória Histórica" elaborado por dois alunos nele envolvidos, na região do Médio Araguaia, no Distrito de Campinápolis.

O objetivo é desenvolver condições para os professores, sem instrumental científico, elaborarem a memória da cidade ou região que habitam.

Na 1.^a fase, os professores recebem orientação metodológica e técnica que lhes possibilita uma visão do sujeito-objeto e conhecimento da História.

Na 2.^a fase, Professores e Facilitadores traçam juntos um plano de trabalho. Em grupo efetiva-se a Prática de Pesquisa.

Na 3.^a fase, faz-se a redação do trabalho.

Através deste projeto o professor, não habilitado, torna-se sujeito ativo da História, participante e produtor do conhecimento. Constrói e preserva a memória do processo histórico da sua comunidade.

* Órgão Financiador: RONDON e UnB.

** Orientadora: Adalgisa M. Vieira do Rosário.

HISTORIOGRAFIA E FONTES

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
23/7	14:00h	128/105/131/144
26/7	14:00h	208-B/171/112/193/217/261

ASTROJILDO PEREIRA E A QUESTÃO DA UNIDADE SINDICAL NO BRASIL

Michel Zaidan Filho - Departamento de Sociologia e Antropologia/UFPPB

Inspirados no leninismo da III.^a IC, os comunistas brasileiros herdaram uma concepção do trabalho sindical e de massas que associava umbilicamente unidade e hegemonia, ou melhor: unidade sob hegemonia. Embora reiteradamente se declarasse a favor de mais ampla unicidade sindical, em face da igualdade econômica a que se achavam submetidos todos os membros de uma mesma categoria profissional, esta unicidade sempre foi entendida pelo PCB como uma condição para o exercício de seu domínio, não apenas sobre o conjunto dos membros de uma dada categoria profissional mas também sobre as demais tendências político-partidárias atuantes no movimento sindical. Tal orientação também esteve presente nas relações do Partido com as organizações de frente política e entidades pluralistas. Aí, de maneira semelhante, a palavra de ordem dos comunistas brasileiros era trabalhar no meio destas organizações para fortalecer a influência do PCB sobre elas. Essa nefanda tradição de juntar para instrumentalizar, sob a pregação corporativa e unitária do trabalho sindical, fez carreira da militância operária dos comunistas, alimentando sólidos preconceitos em vários setores do movimento de massas deste país, que fazem ler sempre no discurso unitário dos comunistas uma solerte e camuflada tentativa de manipulação. O desafio lançado hoje à renovação da prática sindical dos comunistas brasileiros passa necessariamente por uma concepção estratégica do pluralismo político, o que significa em última instância uma superação destemida do próprio leninismo, em quanto modelo de organização e de política.

ESTRUTURALISMO E HISTÓRIA GREGA ANTIGA: UM ESTUDO DA "ESCOLA DE PARIS"

José Antonio Dabdab Trabulsi - UFOP

Este estudo compreende a obra dos três autores mais importantes do grupo, a saber: Jean-Pierre VERNANT, Pierre VIDAL-NAQUET e Marcel DETIENNE. Tendo estes autores renovado os estudos sobre a Antiguidade, abrindo-os à colaboração com disciplinas como a lingüística, a antropologia e a psicologia, o meu objetivo foi investigar como as diversas contribuições se articulam, em especial como eles tentam conciliar estruturalismo e marxismo. Desta forma, nesta primeira fase dei maior importância aos escritos onde fosse mais pertinente o exame da concepção de história e dos mecanismos de transformação histórica nestes autores.

EXPLICAÇÃO HISTÓRICA E SETORES MARGINAIS

Carlos Fico - ICHS/UFOP

A presente comunicação chama a atenção para as problematizações teóricas quanto à possibilidade e necessidade da análise histórica sobre os chamados setores marginais, no quadro dos historiadores que se utilizam da teoria marxista das classes sociais.

Pretende sugerir a adoção de uma categoria conceitual de análise, com base em reflexões teóricas derivativas da teoria marxista.

Conclui demonstrando a importância dos setores marginais na estrutura social e propondo um procedimento metodológico capacitador de uma leitura histórica mais completa.

O TRABALHO E A RELAÇÃO HOMEM-HOMEM
Pedro de Alcântara Figueira - UFSCar

Este trabalho pretende ser, de certo modo, uma resenha do Ensaio sobre a história do trabalho do pensador russo do Século XIX Dimitri Pissarev. Nele procura-se seguir passo a passo o pensamento do autor. Ele é, também, uma crítica, já que tentarei pôr em evidência a diferença que existe entre a concepção que considera o trabalho uma necessidade que o homem realiza e a outra concepção que considera o trabalho o modo concreto de existência dos indivíduos.

D. Pissarev entende que o trabalho é uma relação entre o homem e a natureza e que os conflitos de classe, por exemplo, não podem ser compreendidos a partir desta relação. Ao contrário, segundo ele os conflitos sociais, as guerras, a pobreza e os sofrimentos nada tem a ver com esta relação a qual é pacífica. Eles são, portanto, "es-
tranhos" à natureza do trabalho.

Nossa crítica à concepção de Pissarev incide sobretudo sobre este último ponto. Procurarei mostrar que somente a relação homem-homem elucidada aquela relação. Resta saber o que é o homem e o que é o trabalho.

AINDA A QUESTÃO DO PODER... POLÍTICO

Tullo Vigevani - Depto. de História. FFLCH/USP

Notas não orgânicas para um estudo monográfico; refletindo sobre as contradições e antagonismos nas relações sociais e na relação entre o Estado e a sociedade: a partir de uma experiência realizada numa região de São

Paulo. A história das idéias leva a uma conclusão central: a permanência ao longo do tempo de dominantes e dominados. Se muitas tentativas foram feitas com o objetivo de explicar-se as razões desta diferença entre os homens, supunha-se no Século XIX, à luz dos incêndios revolucionários, a possibilidade de superação dos antagonismos através da resolução das diferenças estruturais, sobretudo econômicas. O processo histórico, sólidamente assentado no Século XX, demonstra que dominantes e dominados se reproduzem constantemente não sendo atribuível o fato às vontades de uns ou de outros mas à impossibilidade de permanente mobilização da totalidade dos cidadãos ou produtores para a condução dos negócios públicos gerais. Esta situação de mobilização e ativa participação se dá apenas em particulares situações de forte tensão social, que sempre tende a decrescer em seguida.

171

FONTES PARA A HISTÓRIA DO ARAXÁ (MG)

Angela Renata Blumer Prezotto, Antonio Mauro Alves, Genaro Alvarenga Fonseca, Gislaíne Aparecida Antonio, Marina Eloisa Serette, Nainôra Maria B. de Freitas, Renata Maria Moschen, Tércio Pereira Di Gianni, Vânia de Fátima Martino - UNESP/Campus de Franca

Esta comunicação visa apresentar os resultados da pesquisa realizada pela equipe (bolsistas de Iniciação Científica do CNPq) na cidade mineira de Araxá.

Trata-se do cadastramento das fontes manuscritas, impressas e outras não convencionais guardadas nos arquivos públicos e particulares daquela localidade.

Trabalhamos segundo o método e as técnicas sugeridas pela Universidade Federal do Paraná, a primeira uni

dade universitária a assumir a problemática da documentação no Brasil.

Cerca de 20 arquivos locais foram levantados e aproximadamente 1.500 fichas estandardizadas foram preenchidas, constando-se a prevalência de documentação republicana embora o município seja de origem colonial.

Paralelamente realizamos o levantamento e a sistematização bibliográfica atinente ao Araxá, compondo-se este acervo de livros e artigos de periódicos (especializados ou não). OBS: O trabalho supra enquadra-se no projeto "Acervos locais da História de Minas e de São Paulo" parcialmente financiado pelo CNPq.

193

O IMIGRANTE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E ECONOMIA DO BRASIL (1870-1930)

Maria da Guia Santos Gareis - UNICAP

O tema propõe a situar a contribuição do imigrante estrangeiro na força de trabalho e economia brasileira, especificando em parte a participação do imigrante alemão. Neste contexto levaremos em consideração alguns aspectos referentes: a questão da mão-de-obra no Brasil; fatores internos e externos que influenciaram no fluxo migratório para o Brasil; composição étnica dos imigrantes; aspectos das origens dos imigrantes; concentração regional da imigração no Brasil; participação do imigrante na força de trabalho e economia brasileira.

Neste sentido faremos também algumas observações a respeito da literatura existente no Brasil e na Alemanha sobre a temática, especialmente quanto à literatura alemã, uma vez que o nosso principal objetivo é avaliar a contribuição do imigrante alemão à economia brasileira.

208-B

ARQUIVOS PORTUGUESES DE INTERESSE PARA O PESQUISADOR DA
HISTÓRIA DO BRASIL

Caio César Boschi - UFMG

Ainda é grande o desconhecimento da massa documental relativa ao Brasil existente em arquivos e bibliotecas de Portugal. Via de regra, nossos pesquisadores têm se concentrado na consulta a alguns poucos - e mais conhecidos - arquivos lisboetas. Poucos arquivos privados foram até agora compulsados ou explorados. Daí a carência que se pretende suprir com esta pesquisa.

Trata-se de trabalho, a ser brevemente publicado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, compreendendo um roteiro-sumário das entidades em tela. Foram identificados trinta acervos arquivísticos, tanto de Lisboa como de outras cidades. Para cada instituição apontada são relacionados o seu endereço, telefone, horário de funcionamento, principais núcleos documentais e os instrumentos de trabalho a eles atinentes, em especial aqueles de interesse específico para a História do Brasil.

217

A REVOLUÇÃO CHINESA NA HISTÓRIA LITERÁRIA (1937-1967)

Profa. Teresa Nakôd Zaratini - FFLCH/USP

A produção literária chinesa no período da guerra de Resistência contra o Japão (1937-45), enfatiza as transformações sociais e a luta armada, o que a caracteriza como literatura revolucionária. Entre 1945 e 1949 acentua-se a argumentação ideológica pela luta de classes, a caminho de uma nova sociedade.

A partir da fundação da República Popular da Chi

na, o teor didático e revolucionário nas artes é acrescido da discussão que vai explodir na Revolução Cultural sobre a "herança tradicional", a "reversibilidade" de qualquer conquista revolucionária e da necessidade de defesa das transformações mediante uma luta de classes ininterrupta.

Essa problemática ataca a função do Estado e a gestão do poder nessa sociedade socialista.

No teatro surgem as normas prescritivas na Revolução Cultural.

A característica do período é a transição em todos os setores da Sociedade Chinesa.

261

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: OS REGISTROS DE TERRA DE SÃO PAULO

Viviane Tessitore - Arquivo do Estado de SP

Os registros de propriedade determinados pela Lei de 18 de setembro de 1850 constituem, até hoje, fonte primordial de pesquisa, quer pelo valor jurídico, quer pelo valor informativo ou de testemunho. O acesso a tais registros, entretanto, é dificultado por uma série de medidas que visam proteger os documentos originais de possíveis adulterações, como vem ocorrendo ao longo do tempo. A necessidade de preservar a integridade física desses documentos e de disseminar de modo sistemático as informações neles contidas levou o Arquivo do Estado de São Paulo a desenvolver um vasto programa de elaboração de inventários analíticos dos registros paroquiais (170 livros), cujos critérios foram formulados a partir da análise de experiências semelhantes, da especificidade do próprio material e do perfil do usuário.

COMUNICAÇÕES COORDENADAS

SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
23/7	14:00h	129/133/146/147
26/7	14:00h	149

PESQUISAS EM ANDAMENTO

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
22/7	14:00h	142/143
22/7	14:00h	154
23/7	14:00h	104-A/174/175
25/7	14:00h	189/190/211
26/7	14:00h	125/184/185/188
25/7	14:00h	365

METODOLOGIA E TÉCNICA DE ENSINO E PESQUISA HISTÓRICA

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
25/7	14:00h	166
26/7	14:00h	255/
22/7	14:00h	224
23/7	14:00h	220

HISTORIOGRAFIA E FONTES

DIA	HORÁRIO	RESUMOS
25/7	14:00h	450
26/7	14:00h	105-B

A CIDADE E A DRAMATIZAÇÃO DO COTIDIANO

Luzia Margareth Rago - UNICAMP

A pesquisa que ~~desenvolvemos~~ pretende apreender a experiência de reivenção do cotidiano pelos setores mais desfavorecidos da população da Cidade de São Paulo das décadas iniciais do século. Visa recuperar a presença dos novos personagens que circulam pelas ruas da cidade e perceber como vivenciam as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais geradas pelo crescimento industrial, pela urbanização, pela remodelação da paisagem urbana que caracterizam este momento histórico. Através de que representações e linguagem procuram dar conta dos acontecimentos diários marcados pela sua novidade, mas também satirizar as imposições racionalizadoras do poder.

Se pelo lado dos dominantes se constitui uma ampla rede de controle social, que passa pela produção e pela satisfação dos desejos induzidos e que pretende gerir a vida dos habitantes em seus mínimos detalhes, pelo lado dos trabalhadores e pobres em geral pode-se constatar a enunciação de um contra-teatro que evidencia uma reapropriação do cenário social imposto de cima.

POSSE DE ESCRAVOS NO PARANÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

Horácio Gutiérrez - IPE/USP

O trabalho analisa a estrutura de posse de escravos em todas as localidades então existentes na 5.^a Comarca da Província de São Paulo (atual Estado do Paraná). Procuramos responder as seguintes questões: existiu na

região o grande senhor proprietário de escravos? Qual a estrutura da posse de escravos? Diferiu a estrutura de posse do litoral, predominantemente agrícola, daquele vigente no planalto, onde dominava a pecuária? Como evoluiu essa estrutura de posse no decorrer do período 1800-1830? Para tanto, coletaram-se dados de dois momentos do tempo (1804 e 1824), referentes às seguintes localidades: Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Lapa, Palmeira, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. As informações provêm das Listas Nominativas de Habitantes disponíveis no Arquivo do Estado de São Paulo. Os resultados mostram a predominância, no Paraná, do pequeno proprietário de escravos, com variações não significativas nas diversas localidades. Mais de 70% do total de proprietários possuía entre 1 e 5 escravos, ao passo que os proprietários com mais de 20 escravos representavam menos de 5% do total. A desigualdade na posse de cativos reflete-se no fato de que ao decil concernente aos proprietários de menor porte correspondia apenas 2% da escravaria ao passo que o decil mais rico possuía mais de 40% dos escravos. Ao longo do período estudado, os maiores proprietários localizaram-se no planalto, em atividades vinculadas à pecuária. A evolução temporal da estrutura de posse indica uma leve tendência à desconcentração, verificando-se um modesto aumento dos pequenos proprietários de cativos. Entidade Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

129

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE, RS: LEGADO SOCIAL PORTUGUÊS EM NOSSO ESTADO

Nilo Salvagni - PUC/RS

Esta comunicação refere-se a uma pesquisa em andamento na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, RS, desenvolvida por um grupo, que selecionou três temas: o negro, a função social da "Roda" e a administração da Irmandade. O período escolhido vai de 1815 a 1900. O trabalho está sendo desenvolvido no arquivo da própria instituição.

O estudo da Santa Casa, instituição Católica, e seu relacionamento com o sistema político imperial português e depois brasileiro, possibilita investigar o grau de participação e a contribuição do negro na formação econômica, cultural e religiosa da sociedade portoalegrense. Isto é o que se pretende demonstrar.

133

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE, RS: LEGADO PORTUGUÊS EM NOSSO ESTADO

Vera Regina de Aquino Cohen - Depto. de História. UFRGS

A presente investigação se relaciona às origens da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, RS e ao seu papel social no decorrer da evolução do quadro histórico regional e nacional, abrangendo da Colônia ao início da República. Identificada com uma Europa progressista e particularmente um Portugal expansionista, este aspecto é levado em conta já que, o estudo do material nos revela um comprometimento intenso entre a legislação da Misericórdia original e a que ainda vigora em nossos dias.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida em suas distintas etapas no arquivo da própria entidade em Porto Alegre através do levantamento e fichamento das atas e relatórios que compreendem o período de 1815 a 1900.

Este trabalho foi iniciado em março de 1984, ten

do uma previsão mínima de dois anos para a sua execução, sendo que para isto foram selecionadas três áreas prioritárias, pelos componentes do grupo de pesquisadores:

1. O escravo dentro da Santa Casa.
2. O papel social da Roda da Santa Casa.
3. Área administrativa e saúde pública.

142

ESTADO E IMIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

Coord. Luiza Helena S. Kliemann - PUC/RS

Desenvolve-se, no Pós-Graduação em História da PUC/RS, desde 1983 o projeto acima enunciado.

A idéia de trabalhar o tema surgiu de seminários a respeito da Imigração e Colonização no Brasil que revelaram a necessidade de desvelar aparências e compreender a História da Imigração no RS em todas as suas especificidades, no espaço que realmente ocupou e ocupa na formação social brasileira.

Levantadas as fontes bibliográficas e documentais, o projeto desdobrou-se em duas linhas, "Estado e dominação no desenvolvimento da imigração estrangeira" e, "Condições de vida e trabalho dos imigrantes: suas formas de resistência".

Dentro destas perspectivas desenvolvem-se atualmente os seguintes projetos de monografias:

- O estabelecimento de benefícios sociais no Sec. XIX: as indústrias Rheingantz no RS - Rosa Rodrigues.
- Controvérsias da política imigratória: a dívida colonial no RS - Jurema Gertze.
- Os imigrantes europeus na Associação dos Práticos de

Rio Grande - Luiza Ferrão.

- Os imigrantes e suas sociedades de auxílio mútuo no RS:
1850-1890 - Márcia Guerra.

143

O ESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS NO SÉCULO XIX -
UM ESTUDO DE CASO: AS INDÚSTRIAS RHEINGANTZ

Rosa Maria Lacerda Rodrigues - PUC/RS

Este trabalho tem por objetivo entender a relação patronal-operariado no Rio Grande do Sul, dentro das relações capitalistas de produção, analisando as Indústrias Rheingantz e o estabelecimento de benefícios sociais (mutuários, habitacionais, etc) no Século XIX, para trabalhadores especializados ou não, nacionais e estrangeiros.

Terá este estudo como marco histórico inicial a fundação das Indústrias Rheingantz e o estabelecimento da Sociedade Mutualidade em Rio Grande, e como delimitação final a década de 1920, porque é nesta que surgem diversos textos legais de proteção ao trabalhador operário, como a Lei do Acidente do Trabalho (1919) e a regulamentação do trabalho de menores (1927).

No presente momento trabalha-se com a documentação referente ao acervo da Indústria: Atas, Relatórios, Publicações e Depoimentos.

Entidade Financiadora: PUC/RS.

146

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE: A QUESTÃO
DOS EXPOSTOS

Moacyr Flores - PUC/RS

A Roda dos Expostos abrigou crianças abandonadas de 1838-1934, criando-as, educando-as, dando-lhes profissões e um depósito na Caixa Econômica.

A pesquisa tem como finalidade determinar a tradição religiosa e as formas de caridade como heranças portuguesas que se modificam no decorrer do processo histórico.

Os dados demográficos foram levantados, através de fichas, dos livros de entrada e de matrícula dos expostos, que estão no arquivo da Santa Casa de Caridade de Porto Alegre.

A pesquisa está em andamento, mas apresenta dados interessantes como o aumento do abandono de crianças negras após a Lei do Ventre Livre, maior número de expostos durante a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai.

147

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE: OS EXPOSTOS DA RODA

Hilda Agnes Hübner Flores - PUC/RS

Técnica de pesquisa: levantamento de dados em fichas.

Método: História demográfica através da quantificação e interpretação de dados obtidos.

Instrumento: Livros de Entrada e de Matrícula das crianças abandonadas na Roda - cerca de 2.500.

Período: 1838-1934 (levantado até o início da República).

Dados selecionados para apresentação: Sinais de Identificação das crianças: bilhetes ou cartas, objetos vários e enxoval, este analisado quanto ao tipo de peças, natureza de tecido e adornos.

A pesquisa mostra que a Santa Casa, instituição

portuguesa por excelência, reflete os valores, a cultura, a religiosidade, os tabus e preconceitos da sociedade, conservados ou renovados ao longo do processo histórico que abrange meio século de Império e período quase igual de República.

149

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 1889-1945

As comunicações são derivadas do projeto de pesquisa "O processo de industrialização no Rio Grande do Sul: 1889-1945", que se desenvolve no Departamento de História da UFRGS, e abordam os seguintes temas:

- "Empresariado, educação e trabalho: estratégias da dominação burguesa no Rio Grande do Sul na República Velha"

- Profa. Sandra Jatahy Pesavento

- "A visão do trabalhador urbano gaúcho sobre suas condições de vida no fim do Século XIX"

- Coord. Profa. Dra. Silvia Petersen

- "Assistência social e controle da mão-de-obra na empresa"

- Profa. Heloísa Reichel

- "Os limites da indústria na sociedade agroexportadora gaúcha"

- Prof. Adolar Koch

154

CONDOMÍNIO CONJUNTO JK - UMA CIDADE EM PÉ

Renato Caporali Cordeiro, Lourival Caporali Penna, Thais V. Cougo Pimentel (Coord.) - ICNPF/SPHAN

O projeto de pesquisa sobre o Condomínio JK, em Belo Horizonte, é uma tentativa de abordagem inter disci

plinar, reunindo profissionais de História, Filosofia e Arquitetura, de um tema instigante: a construção de uma obra "faraônica" em uma cidade provinciana dos anos 50. A associação de interesses políticos e empresariais cria o espaço para um exercício de criatividade e técnica absolutamente arrojado, do arquiteto Oscar Niemeyer, que busca impor/oferecer uma alternativa na forma de morar do cidadão belo-horizontino.

O que se pretende é a análise de como a idéia do Conjunto JK é posta em prática, e ainda, a percepção de como essa idéia é compreendida pela população da cidade e dos próprios moradores do edifício.

166

O ENSINO DA HISTÓRIA NA 5.^a SÉRIE: UM DESAFIO E UMA TAREFA URGENTE

Helenice Ciampi, M. do Pilar Vieira, M. do Rosário Peixoto e Vera H. Borge - PUC/SP

Preocupadas com a íntima ligação entre produção e transmissão do conhecimento, propomos repensar o ensino da História na 5.^a série.

Por que 5.^a série? Pelos motivos mais óbvios: em primeiro lugar por ser a série em que o aluno inicia a sua aprendizagem em História; outra razão importante é a grande evasão do alunado de 5.^a série. Grande parte da nossa população só tem essa oportunidade de estudar História. Finalmente, na 5.^a série o aluno está menos contaminado pela violência do nosso sistema escolar, que na maioria das vezes acaba por domesticá-lo.

As reflexões que embasaram a busca de um caminho para o ensino da História centralizaram-se em dois eixos: 1º) a relação entre o saber e o poder, e o que significa

a produção do conhecimento no 1º e 2º graus, superando a mera reprodução do ensino do 3º grau. 2º) a natureza do ensino e da concepção de História com a qual se trabalha, dentro das atuais limitações do ensino-aprendizagem.

Nossas indagações orientaram-se no sentido de responder algumas questões que consideramos fundamentais:

- como permitir tanto ao aluno quanto ao professor uma reflexão sobre sua historicidade em seu duplo aspecto: como agente histórico dentro das condições em que vivem?

- como captar os interesses da história vivida pelo aluno, sem cair num grosseiro presentismo, num mero estudo do meio, ou numa simples "apologia" do cotidiano?

Achamos importante garantir que o aluno - a partir de elementos levantados para o exame de uma determinada realidade histórica - faça algum trabalho de reflexão que o leve à produção do conhecimento (obviamente limitado) sobre essa realidade e à compreensão (obviamente simplificada) da forma como esse conhecimento foi construído.

174

PRÁTICAS MÉDICO-SANITÁRIAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
1890-1920

Myriam Bahia Lopes - UNICAMP

Nosso objetivo é estudar a multiplicidade de formulações que se entrecruzam e vão ser fundamentais aos deslocamentos das práticas médico-sanitárias do início deste século. Momento importante no processo de constituição de um projeto de medicalização da Cidade do Rio de Janeiro e de sua população. Projeto que se solidifica ao se debater com as críticas e as resistências que diversos setores da sociedade carioca lhe endereçam.

As lentes do saber médico e higienista varrem a cidade circunscrevendo espaços que vão ser promovidos a campos de experimentação: as escolas, as moradias populares, os cemitérios, o porto, os hospitais e asilos. Formula-se a remodelação destes espaços e a reestruturação dos hábitos tradicionais da população carioca como o carnaval e a festa de Finados. As intervenções preconizadas são alvo simultâneo de aplauso e crítica. A análise dos levantes populares contra a nova lei de obrigatoriedade da vacina possibilita a leitura da dinâmica da constituição dos saberes médico-higienista e arquitetônico. Evitamos assim o risco de seduzidos pela imagem projetada da cidade moderna, apagar a diversidade de forças em luta, ao unificar e fixar o discurso das práticas médico-sanitárias que triunfam.

175

METRÓPOLIS: AS FACES DO MONSTRO URBANO

M. Stella M. Bresciani - UNICAMP

Sem dúvida, os homens cultos da primeira metade do Séc. XIX quiseram registrar em seus escritos a convicção de estarem vivendo uma "nova era". O poder transformador dos mecanismos automáticos e a ameaça potencial constante das multidões nas cidades, considerados fenômenos inéditos na história do mundo foram transformados em paradigmas da modernidade. Suas representações míticas - a máquina e a Revolução Francesa de 1789 - presidiram as diversas formas de percepção da cidade, considerada o lugar por excelência das transformações, portanto, recorte significativo do social. Reduto de toda novidade, os centros urbanos serão representados através de imagens que buscam apreender a racionalidade de algo que os próprios

observadores contemporâneos consideram caótico e irracional. A alegoria do monstro torna possível conjugar duas imagens contraditórias da cidade/sociedade: o mecanismo monstruoso e a criatura monstruosa. A sobreposição dessas imagens desloca a teoria do meio ambiente das práticas médicas para as práticas administrativas de intervenção nas cidades. Transformar o meio urbano, eliminando tudo o que torna-o corruptor do caráter físico e moral do homem, principalmente do homem pobre, e conferindo-lhe o poder de formar o novo homem moralizado. Como ponto de partida para estratégias de intervenção, inauguram práticas racionalizadoras do meio urbano que persistem até nos dias.

184

A FRAGILIDADE DO CELIBATO NO BRASIL COLONIAL

Ida Lewkowicz - Depto. de História. ICHS/UFOB

A Igreja, durante o Século XVIII, possuía rigorosos dispositivos de controle para a admissão à carreira eclesiástica. Entretanto, tal rigor aliado às práticas educativas dos Seminários revelaram-se insuficientes para assegurar o cumprimento do celibato clerical, originando-se daí algumas famílias.

A possibilidade de formação dessas famílias será o tema central do texto, considerando o caráter específico da sociedade mineira na segunda metade do Século XVIII. São ilustrativos das formações familiares os processos de habilitação "De Genere et Moribus", devassas eclesiásticas e testamentos que se encontram no Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana.

O MITO DA FAMÍLIA EXTENSA: DOMICÍLIO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM JUNDIAÍ, 1818

José Luiz de Freitas - FFLCH/USP

O trabalho tem por objetivo analisar as relações entre as estruturas fundiária e domiciliar, no meio rural paulista de início do Século XIX. Para a sistematização de nossa análise definimos domicílio como um conjunto de pessoas, residentes em uma mesma propriedade, ligadas a um indivíduo que detém o controle dos recursos dos quais todos dependem para sobrevivência.

Os nossos resultados demonstram uma clara tendência para a existência de domicílios de composição simples, os domicílios nucleares, contrariando, assim, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Antonio Cândido e outros que em seus trabalhos afirmam a predominância de domicílios com composição mais complexa, os domicílios extensos, e que têm sido tomado como modelo válido para toda a sociedade brasileira.

Alguns historiadores revisionistas das teses tradicionais sobre a composição da família no Brasil, têm colocado que a existência de domicílios com estruturas mais complexas prevaleceriam nos setores onde a ocupação fundamental fosse a agricultura e, em especial, entre as pessoas em melhor situação financeira. Nossos dados demonstram que, mesmo entre a elite agrária da população por nós estudada, predominaram os domicílios com estrutura nuclear, bem como um baixo número de indivíduos por domicílio.

DADE DE SÃO PAULO (1880-1930)

Fernando José Valiengo Furquim de Campos - FFLCH/USP

O estudo da família sob a ótica do historiador é bastante recente no Brasil. A historiografia sobre a família brasileira tem principalmente focado a análise do período colonial, sendo poucos os trabalhos que se detiveram no Século XIX os quais destacaram a sua primeira metade. Nestes períodos escolhidos são os trabalhos de demografia histórica os que predominam seguidos daqueles que tratam da estrutura da família. Tendo estes dados como premissa é que nossa pesquisa em andamento busca privilegiar um período mais recente de nossa história, 1880 a 1930, estudando o cotidiano das famílias de elite na Cidade de São Paulo. É neste período, de grande transição na economia paulista que se manifesta na vida urbana e familiar a mudança de hábitos e costumes que se tornaram definitivos na vida paulistana. A pesquisa procura tratar o tema escolhido sob dois aspectos. Primeiro desmistificando alguns conceitos que se colocam para a história de São Paulo como verdadeiros. É o exemplo da aplicação de modelos como o patriarcal para a sociedade paulistana no período estudado. Segundo analisar sob o prisma de uma documentação ainda não usada, livros de memórias e arquivos particulares destas famílias, o seu cotidiano. Pesquisa financiada pelo CNPq.

189

A MULHER E A FAMÍLIA NA OBRA DE SOUZA NUNES - MORALISTA
BRASILEIRO DO SÉCULO XVIII

Lana Lage da Gama Lima - UFF

Feliciano Joaquim de Souza Nunes publicou, em Lis

boa (1758), os Discursos Político-Morais. Dedicada ao Marquês de Pombal, nem por isso a obra deixaria de ser condenada à fogueira, acusada de conter idéias anárquicas. Apenas três exemplares escaparam, tendo havido duas edições, em 1851 e 1939.

Após refletir sobre o papel do intelectual na colônia, Souza Nunes discorre sobre temas como a família, o casamento e a condição feminina.

Esta comunicação objetiva a análise dessas idéias, buscando-se compreender o que as tornava tão polêmicas a ponto de serem condenadas justamente pelo propagador das "Luzes" no Império Português. O trabalho se insere numa pesquisa sobre a ordem moral no período pombalino, realizada com auxílio da CAPES, no doutorado da USP, sob orientação do Prof. Dr. Fernando A. Novais.

190

0 ADULTÉRIO NO BRASIL-COLÔNIA: EXORTAÇÕES DO "PEREGRINO DA AMÉRICA" NO SÉCULO XVIII

Ronaldo Vainfas - UFF

O "Compêndio Narrativo do Peregrino da América", publicado por Nuno Marques Pereira em 1728 e várias vezes reeditado, é um típico exemplar de tratado moral escrito na colônia. A propósito do adultério, o pregador faz uma exortação apologética da fidelidade conjugal, recomenda tanto aos homens quanto às mulheres. O receituário de procedimentos capazes de impedir o pecado do adultério é especialmente dirigido às mulheres casadas, mas, o que é notável, não evita conselhos aos maridos e até aos homens solteiros. O teor dos conselhos, bem como as diferenças entre o tratamento dispensado ao adultério feminino e masculino são objetos deste trabalho, debruçado sobre um mo

delo proposto para a introjeção da moral cristã na população colonial. Este breve estudo integra pesquisa de Doutorado que vem sendo desenvolvida na USP sobre a moral sexual no Brasil-Colônia, orientada pelo Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira França, com bolsa fornecida pela CAPES.

211

MULHER E SENTIMENTO NA ICONOGRAFIA DOS VIAJANTES DO SÉCULO XIX

Mary Lucy Murray Del Priore - Depto. de História. FFLCH/USP

Parte de uma investigação mais ampla sobre condição feminina no passado, esta pesquisa é uma tentativa inter-disciplinar que busca decifrar na linguagem pictórica dos viajantes, os sentimentos de família vigentes no período em questão.

A imagem é aí examinada enquanto documento social, reflexo de um mundo empírico e mais eloquente como revelador de formas de afetividade nas relações familiares, do que a historiografia o foi até então.

Ressaltamos que as imagens, mais que "ilustradoras de verdades" decorrentes de outras fontes, obrigam-nos a estudar tanto o meio produtor da obra de Arte, quanto os destinatários de sua mensagem, para então captarmos-las em sua complexidade.

220

O PATRIMÔNIO CULTURAL E O HISTORIADOR

Regina Wallbach. - Fundação Cultural de Curitiba

A vontade de preservar as manifestações culturais

recebeu um trato sistemático no Brasil, a partir de 1937, com o artigo 180 da Constituição Federal, a formulação de leis e portarias, como o Decreto-Lei nº 25 que organiza o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Durante este período, a questão do Patrimônio Cultural tem sido predominantemente tratada por uma visão tradicional da História e pelo privilegiamento específico de um dos elementos que constituem esse patrimônio: o bem imóvel ou patrimônio edificado.

Hoje, uma nova conceituação de Cultura, uma nova visão de História exigem uma presença mais eficaz do Historiador nesta área. À vontade social da preservação do patrimônio deve-se somar o conhecimento e ação de profissionais como Antropólogos, Arqueólogos, Arquitetos, Cientistas Sociais, Ecologistas, etc., que através de trabalhos interdisciplinares, garantam a mudança das antigas concepções de Patrimônio Cultural. Neste sentido, a valoração do patrimônio, enquanto Histórico, compete ao Historiador.

Atualmente, quando se discute uma reforma universitária, com renovação de currículos visando um melhor atendimento às reais necessidades de nossa sociedade, é fundamental que se pense na preparação de profissionais capacitados a atuarem na área de preservação e Patrimônio Cultural.

224

A RETOMADA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Francisco Alencar e Heloisa Menandro - ANPUH/RJ e SME/RJ

A situação do ensino público de 1º grau na área de Estudos Sociais até 1982: a descaracterização da His

tória. Eleições, novo quadro político e a criação de Grupos-Tarefa: a democratização das relações Secretaria de Educação - professores. O magistério opina: anseios e limites do processo de mudança. A opção pelo fim da "disciplina" Estudos Sociais e pela redefinição de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. A necessidade de uma nova História, social, problematizadora e adequada ao universo da criança e do jovem. O processo participativo de elaboração de novos conteúdos básicos e o programa oficial definitivo. Perspectivas de intercâmbio das experiências das redes públicas quanto à implantação de um ensino de História renovado.

255-A

AS REFORMAS EDUCACIONAIS E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA

Adalgisa Maria Vieira do Rosário - UnB

Pesquisar como foi tratado o Currículo de História nas várias reformas educacionais ocorridas no Brasil, através do levantamento e análise da legislação referente a estas reformas (principalmente no período entre 1930 e 1961).

O Currículo permanece praticamente inalterado, passando incólume pelas diversas reformas. Apesar do trabalho não estar concluído verifica-se de antemão a necessidade urgente de reformular o Currículo de História.

365

NÚCLEO DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS

Sidinei Galli, Olga Mussi da Silva e Carlos Roberto de Oliveira - ILHP/UNESP/Assis

O Núcleo de Estudos Antigos e Medievais procura circunscrever a investigação histórica através de um levantamento documental e bibliográfico para a identificação histórica da passagem da Antiguidade à Idade Média na Europa Ocidental. Esta passagem pode ser detectada através do levantamento e arrolamento de fontes relativas ao período entre os Séculos IV e IX, observando o papel das Instituições (Igreja e Estado) e da movimentação social. O estudo na Área de Concentração (História das Instituições e História das Mentalidades) visa à compreensão da passagem histórica do colonato ao servilismo e vem sendo direcionado por três temas fundamentais: 1. Cidade e Campo; 2. Igreja e Estado; 3. Literatura e Sociedade.

O projeto é financiado pelo CNPq, coordenado por três docentes da Área de História Antiga e Medieval, ligados ao Departamento de História do ILHP de Assis, da UNESP, e conta com alunos-estagiários de Graduação em História, da mesma Instituição, todos com Bolsas de Iniciação Científica.

A fase inicial do projeto prevê uma duração de 12 meses, que poderá estender-se por mais tempo em função dos resultados.

450

O 4º CENTENÁRIO DA PARAÍBA E PESQUISA HISTÓRICA
Coord. Zeluzia da Silva Formiga Brandão - CCILA-UFPB

O objetivo dessa sessão coordenada será analisar, através das comunicações apresentadas, o estágio atual da pesquisa histórica na Paraíba procurando-se estabelecer as relações entre as pesquisas apresentadas (temática e metodologia) e a preocupação e o interesse pela história local/regional despertados pelas diferentes promoções culturais ligadas às comemorações do 4º centenário.

105-B

PARTIDOS E MOVIMENTOS DE ESQUERDA

Coord. Michel Zaidan Filho - UFPB

Silvio Frank Alem - UFPB

ENCONTROS E DEBATES

ENCONTROS E DEBATES

DIA	HORÁRIO	ENCONTROS E DEBATES
22/7	18:00h	Profissionalização do historiador
23/7	18:00h	História, ciência e tecnologia
25/7	18:00h	Universidade e conjuntura política - ANPHIS
25/7	18:00h	Encontro da ABEP
26/7	18:00h	Preservação de acervos documentais
22/7	18:00h	Historiografia paraibana: o IV Cente nário
25/7	18:00h	Encontro APAH
26/7	18:00h	Encontro APHRGS
23/7	18:00h	Questões para a história da energia elétrica e da industrialização no Bra sil

PROFISSIONALIZAÇÃO DO HISTORIADOR
ANPUH/Comissão de Estudos

Participantes: Adolar Kock - UFRS
Antonio Edmilson Rodrigues - PUC/RJ
Janaína Amado - UFGO
Adalgisa Maria Vieira do Rosario

HISTÓRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: POLÍTICA DE FINANCIAMENTO
ANPUH

Expositor: Francisco Calazans Falcón - UFF/Comissão de História - CNPq
Associação Nacional de Pós-Graduação de História - ANPHIS

UNIVERSIDADE E CONJUNTURA POLÍTICA

Participantes: Maria José Feres Ribeiro - Pres. ANDES
Antonio Torres Montenegro - Ex Pres. ADUFERPE
Silvio Frank Alem - Ex Pres. ADUFPB
Michel Zaidan Filho - UFPB

ENCONTRO DA ABEP

Associação Brasileira de Estudos Populacionais

ENCONTRO

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS NO BRASIL

Coord. José Claudio Barriguelli (Comissão Pró-Organização da Associação Paulista de Arquivos Privados)

ENCONTRO DE HISTORIOGRAFIA PARAIBANA: O IV CENTENÁRIO
Núcleo da Paraíba

O encontro tem por objetivos:

- a) analisar as publicações programadas pelas diversas entidades culturais da Paraíba ao ensejo do 4º Centenário.
- b) discutir o conteúdo e o valor historiográfico das obras publicadas.
- c) refletir sobre as concepções de História que nortearem a seleção das obras publicadas.
- d) propor formas de utilização das obras publicadas no ensino de 1º e 2º graus e no curso de graduação de História.

A "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA" E A REVISTA "HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES"

Francisco Moraes Paz e Sérgio Odilon Nadalin - UEMaringá e UFPR

A Revista História: questões & debates nasceu em 1980, e hoje se encontra no seu nono número. Vinculada à Associação Paranaense de História, APAH, propõe-se a levantar questões e debates relacionados principalmente à problemática da produção e da transmissão do conhecimento em História e suas relações com as vizinhas ciências humanas.

Na medida em que a História é um instrumento de Educação, ela deve ter evidentemente a sua função crítica. Assim, o professor do ensino médio também foi chamado a colaborar. Portanto, nosso objetivo é o de multiplicar e diversificar, em níveis diversos e complementares, as abordagens sobre a História, seu ensino e, finalmente, sobre o valor que a sociedade lhe atribui, convidando os interessados a discutir conosco, tendo como veículo a Revista.

Evidencia-se assim, finalmente, um outro objeti
vo: estimular o diálogo entre a Universidade e a comuni
dade. Na trama em que se pretende tecer as questões e de
bates desta Revista, propomos ainda inserir um terceiro
elemento entre os articulistas convidados: os estudantes
universitários de História.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE
DO SUL

Presidente: Moema Gonçalves

DEBATE

QUESTÕES PARA A HISTÓRIA DA ENERGIA ELÉTRICA E DA INDUS
TRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Departamento de Patrimônio Histórico da ELETROPAULO

Coord. Prof. Dr. Ricardo A. Maranhão

